

**LAURO YASSUAKI YOKOYAMA**

**LUIZ CARLOS PEREIRA**

**ESTUDO DO IMPACTO DA LEI KANDIR NA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO  
SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E  
SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E  
INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS DO ESTADO DO PARANÁ**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe

**CASCABEL**

**2003**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores, e em especial ao nosso professor orientador Blênio César Severo Peixe, que nos momentos difíceis da elaboração desta monografia, soube nos incentivar e orientar quais os passos a serem tomados na busca da superação de nossas dificuldades.

## **DEDICATÓRIAS**

Aos nossos pais que sempre tiveram como meta a educação dos filhos. Às nossas esposas e filhos, pelo amor, pela paciência e pela fonte de estímulo permanente que representam em nossas vidas.

## LISTAS DE TABELAS

TABELA 01	Participação e taxa de crescimento do valor adicionado a preço básico, segundo classes e ramos de atividade no Paraná – 1990/2000.....	16
TABELA 02	Composição do valor da produção da agricultura do Paraná.....	17
TABELA 03	Distribuição dos estabelecimentos e do valor adicionado da indústria (VA) do Paraná -1985/2000.....	19
TABELA 04	Distribuição percentual do valor adicionado da indústria do Paraná.....	20
TABELA 05	Participação dos agrupamentos agroindustriais na variáveis econômicas da agroindústria do Paraná 1990/2000.....	22
TABELA 06	Participação da agricultura empresarial no total de estabelecimentos e da área, segundo mesorregiões - Paraná – 1995.....	23
TABELA 07	Importações paranaense – 1990/1995/1999-2002.....	28
TABELA 08	Balança comercial do Paraná – 1990-2001.....	39
TABELA 09	Participação em percentual dos produtos exportados pelo Paraná em 2001.....	40
TABELA 10	Exportações dos principais grupos de mercadorias agropecuárias e agroindustriais, no Paraná – 2000/2001.....	42
TABELA 11	Exportações brasileiras e paranaenses para a China – 1996-2002.....	43
TABELA 12	Comparativo de desempenho do ICMS do Estado do Paraná com os demais estados.....	45
TABELA 13	Paraná - perdas de ICMS decorrentes da LC 87/96.....	50
TABELA 14	Estimativa de perdas antes e depois da LC 87/96 – em R\$ mil.....	50
TABELA 15	Efeito da LC 87/96 na arrecadação de ICMS de 1997 -em R\$ mil.....	52
TABELA 16	Variação do ICMS de 1997 sobre 1996 – em %.....	53
TABELA 17	Débitos de ICMS que deixaram de ser gerados em 1997 com a desoneração das exportações.....	53
TABELA 18	Participação dos principais produtos nas perdas de ICMS em 1997 com a desoneração das exportações.....	54

TABELA 19	A estimativa do impacto das alterações em r\$ mil a preços médios de 2000 .....	55
TABELA 20	Perdas decorrentes da LC 87/96, 1023/00 e Convênio 01/00 e ressarcimento da União – r\$ mil correntes.....	56

## RESUMO

PEREIRA, L. e YOKOYAMA, L. **ESTUDO DO IMPACTO DA LEI KANDIR NA ARRECADAÇÃO DO ICMS DO ESTADO DO PARANÁ.** Este é um trabalho monográfico, elaborado com base nos fundamentos e conteúdos do Curso de Especialização em Auditoria Integral, ministrado pela Universidade Federal do Paraná, para atender a finalidade e exigências do referido curso. Tem como objeto de estudo, o efeito econômico da desoneração do ICMS no Estado do Paraná, gerado a partir da promulgação da Lei Complementar número 87 de 1996, denominada Lei Kandir. Para atender a problemática em proposição, o objetivo geral que norteou este estudo visa: explorar se a lei Kandir favoreceu ou prejudicou a arrecadação do ICMS no Estado. E os objetivos específicos: explorar se houve compensação; pesquisar se houve equilíbrio na arrecadação; explorar se o ICMS evoluiu proporcionalmente à riqueza gerada. Para operacionalizar o objeto de estudo, a metodologia adotada utiliza o método qualitativo e quantitativo, através de uma abordagem exploratória, com técnicas da pesquisa documental. Os dados coletados configuram aspectos do cenário econômico paranaense. E todos os resultados foram investigados, discutidos e analisados, considerando os estudos sobre ICMS, em razão da Lei Kandir no Estado do Paraná. Da apreensão destes dados conclui-se que a Lei Kandir em sua aplicabilidade causou impacto econômico na área governamental e privada, principalmente na indústria e com significados reflexos na área social, pois o ICMS não evoluiu proporcionalmente à riqueza gerada e não tem contribuído para o crescimento sócio-econômico como um todo da população paranaense.

**Palavras-chave:** Lei Kandir, ICMS, desoneração, exportação e Paraná.

E-mail: [yokoyama@pr.gov.br](mailto:yokoyama@pr.gov.br), [luicar@pr.gov.br](mailto:luicar@pr.gov.br)

## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>II</b>
<b>DEDICATÓRIAS.....</b>	<b>III</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>IV e V</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>VI</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>2. METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>06</b>
<b>3. DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>10</b>
3.1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	10
3.1.1. Ciclo do Ouro.....	10
3.1.2. Tropeirismo.....	12
3.1.3. Ciclo da Erva Mate.....	13
3.1.4. Ciclo da Madeira.....	13
3.2. PERFIL DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO PARANÁ.....	15
3.2.1. Agricultura.....	16
3.2.2. Reservas Minerais no Paraná.....	18
3.2.3. Indústria no Paraná.....	18
3.3. MOMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO PARANÁ A PARTIR DOS ANOS 90.....	24
3.4. CRIAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR DO ICMS 87/96.....	29
3.4.1. Quem é Kandir.....	29
3.4.2. Criação da Lei Kandir.....	32
3.4.3. Lei Kandir.....	37
3.5. IMPACTO DA DESONERAÇÃO DO ICMS DO ESTADO DO PARANÁ .....	39
3.5.1. Exportações do Estado do Paraná.....	39
3.5.2. Impacto da Lei Kandir na Arrecadação do ICMS do Paraná.....	43
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>62</b>
<b>6. ANEXOS.....</b>	<b>64</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados da investigação sobre o impacto da Lei Kandir na arrecadação do ICMS do Estado do Paraná.

A escolha de trabalhar com esse tema apóia-se primeiramente nos pressupostos e fundamentos do Curso de Especialização em Auditoria Integral e também porque a pesquisa associada a intervenção, é uma exigência em qualquer área do conhecimento e em qualquer campo profissional. Apreender a questão econômica paranaense é uma necessidade, e uma exigência buscar decifrar o desempenho comercial em relação a questão fiscal, buscando compreender o cenário econômico à luz da aplicabilidade da Lei Kandir. O que, justifica a importância dessa investigação, explorando o impacto da referida lei no cenário econômico do Estado, a partir de documentação existente.

O interesse pelo tema também se refere a área de atuação na Secretaria de Estado da Fazenda, onde no fazer profissional, compreender a realidade econômica e buscar respostas científicas à mesma é fundamental. Por outro aspecto, investigar o tema proposto tem como valor, contribuir para com o campo fazendário com mais uma abordagem na área fiscal.

A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 – LEI KANDIR, dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações, que entre outras medidas, desonerou (retirou a carga tributária da composição do preço do produto) o ICMS



sobre as exportações de produtos primários e industrializados semi-elaborados com aproveitamento de créditos das operações anteriores, atingindo diretamente o Estado do Paraná por ser pólo exportador de produtos primários e industrializados semi-elaborados. Para a compensação das perdas, a Lei prevê repasse de recursos da União para os Estados e seus Municípios proporcionalmente aos coeficientes individuais de participação.

Com a edição da Lei Complementar 87/96, de iniciativa do Governo Federal, o ICMS sofreu profundas alterações infraconstitucionais. O anexo da referida Lei Complementar contém o mecanismo do seguro-receita, mediante o qual a União ressarcia parcialmente os Estados pelas perdas, mas este instrumento revelou-se ineficaz para cumprir o objetivo para o qual houvera sido instituído, contribuindo inclusive para o aumento do déficit público das unidades federadas, posto que o aumento na arrecadação do ICMS revelava-se incompatível com o recebimento do seguro-receita.

Em esforço conjunto, a União e as unidades federadas conduziram um exitoso processo de negociação, que resultou na Lei Complementar 102/00, e que muito contribuiu para a reestruturação e ajuste fiscal dos Estados a partir de 2000, com a criação do Fundo Orçamentário e o aumento do repasse de recursos do fundo de participação aos Estados em reconhecimento às perdas de arrecadação advindas da desoneração das exportações.

Entretanto, mesmo com o a edição da Lei Complementar 102/00, levantou-se a hipótese de que o Estado do Paraná ainda sofre prejuízos em decorrência de perdas na arrecadação pela desoneração das exportações, o que motivou a efetuar o estudo do impacto da Lei Kandir (LC-87/96) na arrecadação do ICMS, posto que é

um Estado de base agrícola-exportadora e em fase de industrialização, que perde parte considerável de sua base tributável, ao mesmo tempo que suporta créditos de ICMS dos bens de capital adquiridos nos Estados mais industrializados.

A partir da década de 90, houveram mudanças no perfil econômico do Estado, que passou a empreender um grande esforço para alterar e diversificar a base produtiva de sua economia, o que pode ser visualizado nos indicadores de exportações que passou de 6% para 9,1% em 2001, do Total Brasil.

Assim, ainda que os efeitos multiplicadores na economia interna não possam ser negados, todo esse esforço gerador de divisas que resulta em sinais positivos para a economia paranaense não contribuiu proporcionalmente para diminuir as dificuldades financeiras do Estado, em virtude de que a integralidade das exportações estão desoneradas de tributação do ICMS.

Procura-se ao longo do estudo, demonstrar se houve as compensações de fato, se equilibrou a arrecadação, e se o ICMS evoluiu proporcionalmente à riqueza gerada.

A metodologia proposta para que a pesquisa se realize é a descritiva documental, tendo em vista que os dados e informações a respeito do tema são em maioria restritos aos órgãos responsáveis (Secretaria de Estado da Fazenda – Coordenação de Assuntos Econômicos – CAEC) pela arrecadação do ICMS no Estado do Paraná.

Sobre a literatura que subsidiasse o entendimento do tema, não foi encontrado grande produção teórica, tanto na área econômica ou legislativa, encontrando algumas referências mais específicas de trabalhos produzidos por técnicos da Secretaria de estado da Fazenda.

O IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, possui o acervo de trabalhos que constitui uma das principais fontes de consulta para o entendimento do Paraná e de suas especificidades no contexto nacional. A pesquisa documental será também realizadas nas publicações de periódicos e relatórios de pesquisas publicadas pelo órgão.

Na SEFA/CRE – Secretaria de Estado da Fazenda / Coordenação da Receita do Estado - consulta ao banco de dados da instituição em relação à arrecadação do ICMS no Estado do Paraná.

Para efeito de apresentação, este trabalho compreende a introdução onde enuncia-se a proposta de investigação. O item dois, a metodologia onde estabeleceu-se a concepção teórica para delinear e subsidiar a investigação. O desenvolvimento no item tres, ocorreu através da caracterização sócio-econômica do Paraná, onde buscou-se fatos históricos e a dinâmica econômica paranaense ao longo do desenvolvimento até a atualidade, para melhor compreensão do que se propunha investigar. A criação da Lei Complementar do ICMS 87/96, sub-item 3.4, foi empreendida uma tentativa de entendimento da Lei Kandir como um todo, principalmente no tocante a legislação sobre exportações e, no item 3.5, Impacto da Lei Kandir na arrecadação do ICMS do Estado do Paraná onde apresentou-se os dados da investigação proposta. E para finalizar, o item quatro, das considerações finais, no qual fez-se algumas reflexões sobre entendimento conclusivo do tema investigado.

O problema que motivou esse estudo, foi a preocupação em relação a Lei Kandir, se esta favoreceu ou prejudicou a arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte

interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS do Estado do Paraná, onde perguntou-se com base neste: houve compensação? Equilibrou a arrecadação? O ICMS evoluiu proporcionalmente à riqueza gerada?

Objetivo Geral desse estudo configurou-se desta forma, na análise se a Lei Kandir favoreceu ou prejudicou a arrecadação do ICMS. Com objetivos específicos de analisar se houve compensação, explorar se houve equilíbrio na arrecadação e explorar se o ICMS evoluiu proporcionalmente à riqueza gerada.

## 2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para realização desta pesquisa de campo, a primeira etapa percorrida foi a construção do Projeto, o qual, segundo DESLANDES(in MINAYO,1996, p. 31) "*é uma etapa da fase exploratória de uma pesquisa*" nele estão contidas a justificativa, a metodologia que será realizada, bem como a definição dos objetivos, do objeto e as hipóteses das quais partiu-se.

MINAYO (1994, p. 16) explica que "metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade", sendo um norte a percorrer na construção de um trabalho de pesquisa ou para analisar e intervir em uma realidade.

Para dar conta do objeto de estudo desta pesquisa e dos objetivos definidos optou-se pela investigação quali-quantitativa. Para CHIZZOTTI (1991, p. 78-79), a pesquisa qualitativa utiliza-se de métodos e técnicas diferentes daqueles usados nos estudos experimentais.

Os cientistas que partilham da abordagem qualitativa em pesquisa se opõem, em geral ao pressuposto experimental que defende um padrão único de pesquisa para todas as ciências, [...]. Afirmam, em oposição aos experimentalistas, que as ciências humanas têm sua especificidade - o estudo do comportamento humano e social - que faz delas ciências específicas, com metodologia própria. (CHIZZOTTI, 1991:78-79).

Elas romperam com a neutralidade, passando então a trabalhar acreditando na interação do sujeito pesquisado e o contexto em que está inserido, ou seja, na inter-relação entre o sujeito e o mundo objetivo. Sendo desta maneira uma forma diferenciada de intervenção na realidade e podendo complementar a pesquisa quantitativa mostrando os resultados positivos ou negativos que dados quantitativos podem resultar.

A pesquisa quantitativa utiliza-se de observações empíricas dos fatos para explicá-los e torná-los científicos, buscando a objetividade dos fatos.

Deste modo constata-se que basicamente a diferença da pesquisa qualitativa e da quantitativa consiste na objetividade e subjetividade com que estuda um fenômeno, na qual a primeira acredita no uso da subjetividade, pois preocupa-se em explicar e compreender o movimento das relações sociais, enquanto que a segunda vale-se da objetividade para estudar um fenômeno preocupando-se em quantificá-lo, valendo-se de "recursos e técnicas estatísticas desde a mais simples, como percentagem, média, moda, mediana e desvio padrão, até as de uso mais complexo, como coeficiente de correlação, análise de regressão" (OLIVEIRA, 1999, p. 115). Este método, ainda segundo este autor "é muito utilizado no desenvolvimento das pesquisas descritivas, na qual se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis, assim como na investigação da relação de causalidade entre os fenômenos: causa efeito."

Enfim para realizar esta pesquisa, utilizou-se da pesquisa exploratória que segundo GIL (1994, p. 44),

Têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento, habitualmente, envolvem levantamento bibliográfico e documental, (...).

Ainda segundo este autor (1994, p. 44),

São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionais.

Com base em SAMPIERE, 1998, considerou-se que esta poderia ser uma investigação não experimental, na qual foi possível trabalhar sem manipular deliberadamente as variáveis. Estabeleceu-se então um estudo do tipo exploratório, por considerar que o tema ainda é pouco estudado.

Foram utilizadas como técnicas para a coleta de dados, a pesquisa documental, a qual de acordo com GIL(1994, p. 73) “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” assemelhado-se a pesquisa bibliográfica pois, “a única diferença entre ambas está na natureza das fontes” pelo fato de a pesquisa bibliográfica se utilizar “fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto”.

Assim, para a definição da amostragem, trabalhou-se com uma amostra não probabilística, intencional, por acessibilidade e tipicidade na busca de documentos em geral produzidos na área governamental, considerando os estudos sobre ICMS em razão da Lei Kandir. A dimensão detém-se na concepção dos órgãos governamentais do Estado, mais especificamente a área fazendária e complementação a nível federal.

O procedimento para a coleta de dados foi a busca de documentos que atendessem o problema em proposição.

O procedimento de análise dos dados, apoiou-se em Gil, 1994, que compreende que “a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilite o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação.”

Apoiou-se também nos aportes de SELTZ e outros, 1975, MARTINELLI e outros, 1999, SAMPIERI, 1998, através dos quais foi considerado importante não estabelecer uma sistemática fixa mas indicar possíveis pautas, em razão da proposição de um estudo do tipo exploratório, e neste sentido não se ter partido de hipóteses explícitas. Assim entendendo, a análise dos dados compreendeu aspectos apresentados por BARDIN, citados por MARTINELLI e Outros, 1999.

Portanto realizou-se a pré-análise, com leitura flutuante, para conhecimento do material coletado. Seguindo de digitação desta documentação, em uma primeira forma de organização, para em um primeiro momento procurar visualizar os pressupostos teóricos explícitos.

Após uma primeira organização dos dados, retomou-se novamente a leitura, para melhor apreensão do todo.

Após a exposição do caminho metodológico percorrido, para a construção deste trabalho monográfico passa-se a tratar dos dados de nossa pesquisa de uma forma geral.



### 3. DESENVOLVIMENTO

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO- ECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ

Neste item para uma maior compreensão dividiu-se o trabalho em subitens sendo o primeiro sobre a história e desenvolvimento o qual encontra-se subdividido em ciclos. O segundo item que aborda a estrutura sócio-econômica do Paraná aborda um aspecto geral dessa estrutura e subdivide-se em setor de agricultura e setor da indústria, num terceiro momento deste item aborda-se o momento sócio-econômico do Paraná a partir dos anos 90.

Para investigar um tema de tão grande abrangência, necessário se faz buscar dados relativos a história e o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Paraná.

##### 3.1.1. Ciclo do Ouro

Segundo estudos de FRANCISCO MAGALHÃES FILHO, a região paranaense começa a ser explorada no século XVI pelos portugueses e espanhóis os quais conquistam territórios, extraem ouro e escravizam índios.

A ocupação do território que hoje constitui o Estado do Paraná se deu por um processo inicialmente lento e bastante descontínuo, (...) em 1549 portugueses que provinham de São Vicente e freqüentavam o norte da baía de Paranaguá, unicamente para traficar escravos bugres, para pilotar embarcações, ou ainda, para servir de interpretes ou guias, para as esquadras que se dirigiam ao rio da Prata, ou ao Pacífico; ou ainda como meros aventureiros em busca de metal precioso. (PADIS, 1981, p. 15)

O ouro promove o avanço populacional com o conseqüente surgimento de vilas habitacionais, como cita PADIS,

Com a descoberta do ouro nos ribeirões que desaguam na baía de Paranaguá, considerável fluxo populacional, provindo das regiões de Santos, São Vicente, Cananéia, São Paulo e rio de Janeiro, dirigiu-se para aquela área, com a finalidade de explorar o metal precioso inicialmente, estas populações se fixaram na ilha da Cottinga, porém, depois transferiram-se para o continente, começando um núcleo que se transformou na cidade de Paranaguá. A consolidação política e jurídica desse primeiro núcleo ocupacional do território paranaense deu-se em meados do século XVII (1646/48) com a inauguração do pelourinho e com as eleições para a escolha das autoridades da vila. É esse primeiro núcleo populacional o responsável, em parte, pela ocupação das áreas próximas à baía de Paranaguá. (PADIS, 1981, p. 18).

E pelo valor da riqueza explorada, as autoridades portuguesas tornaram-se mais atuantes, criando uma capitania na Vila de Paranaguá, nomeando Administrador Geral das minas e provedor fiscal dos quintos do ouro, com a finalidade de arrecadar tributos.

A extração do ouro fez os colonizadores atingirem a Serra do Mar e o Planalto de Curitiba, também estimula o desenvolvimento da agricultura, a qual permanece após o ciclo do ouro. A referida extração também subsidiou o escravagismo, pois para a obtenção da concessão das Minas exigia propriedade de escravos.

A chamada economia aurífera, para enfrentar o grande problema do transporte, ativa a domesticação de animais selvagens e criação, principalmente muares, o que eleva em pouco tempo o preço dos animais, passando a exportar para outras regiões, inclusive Santos e Rio de Janeiro.

### 3.1.2. Tropeirismo

Segundo (PADIS, 1981, p. 71) “a partir de 1731, inicia-se o período tropeirista no Paraná, pela passagem e engorda de inúmeras tropas, especialmente do gado muar, provindo de vários pontos, pelo famoso ‘Caminho do Viamão’, com destino a feira de Sorocaba”.

O planalto paranaense passa a ser utilizado como internadas e recuperação de animais, devido as grandes distâncias percorridas, o que leva a pecuária a ser atividade predominante. Com isso surge como colonizador, mas também elemento importante no desenvolvimento econômico o tropeiro, o qual intermedia os negócios entre o criador e o comprador nas feiras. Também vinculado ao tropeirismo, surgem pousadas e produtos alimentícios, alguns até exportados com os animais. O tropeiro, o qual muitos ainda eram proprietários de terras, tornou-se a classe dominante, acumulava renda, fazia aumentar as importações e o crescimento da economia paranaense. E o poder político, passa a ser influenciado e comandado pela concentração de renda.

Com o declínio da mineração, o escravagismo é retraído, o tropeirismo entra em recessão, passando a extinção com as estradas ferroviárias.

Durante todos o período de recessão, que se seguiu ao esgotamento do ouro de Minas Gerais, a economia paranaense voltava à estagnação. A agricultura de subsistência passava a ser novamente a principal atividade, mas em bases territoriais maiores do que as de um século antes. Não apenas o litoral e o primeiro planalto (Curitiba), mas também o segundo planalto (Ponta Grossa), achavam-se inteiramente ocupados, ainda que a baixíssima densidade. (FILHO, 1996, p. 136)

### 3.1.3. Ciclo da Erva Mate

Após a emancipação da Província do Paraná, em 1853, o mate começa a surgir como uma nova atividade econômica.

Apesar de que o produto já era consumido desde o início da colonização, nas terras onde existia um estado nativo, sua importância econômica somente se manifestou quando surgiu a possibilidade de exportar a erva cancheada para os mercados Platinos e para o Chile. O lento mas firme crescimento demográfico dessas áreas, somado à rigidez da oferta paraguaia, foi que, elevando os preços, permitiu a exploração do produto paranaense, num processo que se acelerou após a independência. (FILHO, 1996, p.137)

O mate como atividade econômica, ativa o setor comercial, desenvolvendo novas atividades, como a fabricação de barricas de madeira e a criação de animais para o transporte do produto. Expande o mercado da erva-mate, com a ampliação da exportação, e crescimento da economia argentina, uruguaia e chilena, o que leva ampliação dos moinhos chegando a industrialização.

FILHO,(1996, p.138), citando WACHOWICS, reforça que,

O mate estimulou o desenvolvimento de uma nova classe social, a burguesia. O caráter comercial do tropeirismo, já havia rompido a uniformidade dos proprietários de terra, diferenciando-os do resto do Brasil, mas o tropeirismo baseava-se fundamentalmente no escravagismo. O mesmo aconteceu inicialmente com a economia ervateira. Mas o mate exigia um processamento semi-industrial. Essa evolução das forças produtivas, introduzidas pelos estímulos do comércio exterior, como já se viu, rompeu com a estrutura escravagista e fez surgir o capitalismo.

### 3.1.4. Ciclo da Madeira

Outro ciclo que contribuiu consistentemente para com a economia paranaense é o da madeira, o qual evoluiu significativamente ao final do século XIX, para as construções e exportações, que segundo FILHO(1996, p. 140).

As perspectivas de desenvolvimento da economia madeireira passaram inclusive a atrair capitais estrangeiros, fato que não se fizera presente na economia ervateira. Esses capitais, principalmente ingleses e norte-americanos, concentraram-se no setor ferroviário, obtendo grandes concessões de terras às margens das linhas a serem construídas. O retorno a curto prazo do capital empregado era procurado através da exploração madeireira.

Segundo o mesmo autor, as principais fontes de capital estrangeiro foram a Brazil Railway, a Southern Brazil Lumber & Colonization Co, mas também, principalmente já no século XX houve grande desenvolvimento local do setor madeireiro, que também se industrializou e se fortaleceu como exportador.

É importante também observar, que segundo o autor, anteriormente citado, a economia ervateira e madeireira ocorreu em um período de rápido crescimento populacional, fato observado no primeiro censo, em 1872 o Paraná era o 18º entre as províncias, com a imigração da Itália, Alemanha, Ucrânia, Polônia, Áustria e outros, e esse novo grupo populacional passa a dedicar-se a agricultura, a princípio de subsistência, passando a diversificação de suínos, leite e derivados.

Entre 1920 e 1940, a população paranaense praticamente duplicou, alcançando 1.236.276 habitantes, passando o Paraná ao 10º lugar entre as unidades da federação, com 3 da população brasileira. Esse crescimento do mercado local favoreceu a integração dos núcleos coloniais, através da colonização de seus excedentes agrícolas. Estimulou também o desenvolvimento de alguns ramos artesanais e semi-industriais. À medida que a evolução da conjuntura internacional levava à consolidação do processo de industrialização por substituição de importações em nível nacional, as pequenas unidades semi-industriais conseguiam firmar-se no atendimento ao crescente mercado local. (FILHO, 1996, p. 144-145).

A história paranaense avança com grande destaque com o beneficiamento e transformação do café, prioritariamente nos anos 60 e 70, com a soja adentrando na agricultura e transformando completamente o campo agrícola do Paraná e do

Brasil, a partir da década de 70, e nos anos 80 com a efetivação do complexo de carnes, consolidando a agroindústria paranaense.

Assim, pode-se concluir que a história do desenvolvimento do Paraná teve como ciclos marcantes a extração do ouro, aliada aos escravagismo, (final do século XVI e início do século XVII), o tropeirismo, também com base no escravagismo, visando o transporte do ouro para o Rio de Janeiro (século XVII e XIX), a erva-mate, com elevada exportação para a maior parte dos países da América do Sul (século XIX), a madeira no século XIX, a cafeicultura como resultado da economia paulista no norte paranaense, já no século XX e a modernização agrícola principalmente com a introdução da soja e do trigo na agricultura e agroindústria nos anos 70.

### 3.2. PERFIL DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO PARANÁ

O Paraná está localizado na região Sul do Brasil, e ocupa uma área de 199.709,1 km<sup>2</sup>, o equivalente a 2,3% do território brasileiro. A sua população está estimada em 9.558.126 habitantes, possuindo 399 cidades, divididas em 39 micro-regiões. O Paraná ocupa o quinto lugar em importância econômica entre todos os Estados brasileiros.

“O Paraná apresentou, ao longo da década passada, crescimento moderado de sua economia ainda que ligeiramente superior ao do país. Seu PIB expandiu-se à taxa anualizada de 3,4%(...),” enquanto a do Brasil foi cerca de 3%, permitindo ao Estado manter-se como a quinta economia no país, participando no ano de 2000 com 6% do PIB

nacional". Segundo estudos do IPARDES/IBGE, conforme a tabela que se apresenta.

**TABELA 01 – PARTICIPAÇÃO E TAXAS DE CRESCIMENTO DO VALOR ADICIONADO A PREÇO BÁSICO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ – 1990/2000**

CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÕES		TAXA DE CRESCIMENTO 1990/2000
	1990	2000	
Agropecuária	11,90	13,66	5,06
Indústria	45,69	41,27	3,56
Indústria extrativa mineral	0,04	0,02	-0,96
Indústria de transformação	31,97	23,91	3,72
Construção	8,83	11,26	1,49
Serviços Industr. e de utilidade pública	4,85	6,07	8,7
Serviços	42,42	45,07	2,96
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>3,44</b>

FONTES: IPARDES, IBGE

### 3.2.1. Agricultura

As diferentes características físicas e climáticas do Estado propiciam a existência de atividades agrícolas diversificadas e seu grau de desenvolvimento econômico permite a utilização de avançadas técnicas agrícolas, que se traduzem nos mais altos índices de produtividade do País. Esta característica eleva os índices médios de produtividade nas principais lavouras do Estado (soja, milho, trigo, feijão, algodão, e café), em decorrência do desenvolvimento de modernos sistemas de produção, como é o caso da soja e trigo, que são cultivadas em sistema de rotatividade, gerando duas safras anuais na mesma área.

“Em 1991, os cinco principais produtos (milho, soja, trigo, algodão e café, em ordem decrescente de representatividade) responderam por 75,79% do valor bruto da produção da agricultura do Paraná, resultado muito próximo do registrado

em 2001, quando a participação dos cinco itens mais representativos atingiu 80,45% da receita total”.(IPARDES, p. 57)

TABELA 02 – COMPOSIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA DO PARANÁ - 1991/2001

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO(%)			
	1991	1995	2000	2001
Soja	19,09	26,87	34,47	35,92
Milho	19,63	26,05	22,64	24,67
Cana-de-açúcar	7,23	8,12	8,87	8,24
Trigo	12,86	5,17	2,55	7,37
Feijão	4,16	5,77	3,73	4,23
Batata-inglesa	4,3	5,71	1,98	3,99
Mandioca	1,17	3,62	5,97	2,69
Fumo	1,23	2,12	2,00	2,10
Algodão	12,84	7,06	1,37	1,38
Uva	0,39	1,14	1,24	1,05
Laranja	0,23	0,47	0,78	0,98
Erva-mate	0,05	0,09	0,56	0,94
Tomate	0,38	0,99	1,35	0,92
Tangerina	0,34	1,49	2,22	0,86
Aveia	0,57	0,46	0,36	0,68
Café	11,38	0,55	6,40	0,68
Arroz	1,34	1,08	0,74	0,68
Banana	0,61	0,53	0,57	0,47
Cebola	0,19	0,45	0,23	0,28
Pêssego	0,10	0,20	0,23	0,27
Outros	1,91	2,06	1,72	1,61
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE “estão sendo consideradas 29 lavouras temporárias e 33 permanentes”

Nos últimos anos, programas de desenvolvimento da fruticultura vêm sendo implantados em diversas regiões do Estado. Na região norte do Paraná, a implantação de pomares cítricos vem permitindo a produção industrial de suco de laranja, enquanto a produção de maçã alcança, em várias regiões, uma safra média de 30 mil toneladas ano.

Observa-se tendência a especialização para o cultivo da soja e milho, condicionando o crescimento da renda setorial à evolução dos preços e da quantidade colhida, o que evidencia a influência do mercado sobre as decisões de plantio.



Destaca-se também a pecuária, com elevado grau de desenvolvimento da bovinocultura, suinocultura e avicultura. O Estado possui um dos maiores rebanhos pecuários do País, com 8.606.629 cabeças de bovino, sendo expressivas também as criações de suínos com 3.780.172 cabeças e galináceos com aproximadamente 86.000.000 cabeças. A produção leiteira representa cerca de 10% da nacional.

### 3.2.2. Reservas Minerais no Paraná

As principais reservas de matérias primas existentes no Estado do Paraná incluem o xisto betuminoso, o calcário, a dolomita, a argila, o carvão, o chumbo e a fluorita. A reserva de calcário está estimada em 4,4 bilhões de toneladas e suas principais jazidas, localizadas na região leste, alcançam produção média anual de cerca de 6 milhões de toneladas. Além de seu uso industrial, principalmente na produção de cimento, o calcário é utilizado de forma regular, para elevar o nível de produtividade das lavouras. A dolomita existe também em grande quantidade no Paraná, que é o primeiro produtor deste mineral no País. Suas reservas são estimadas em 532.616 milhões de toneladas. As reservas de argila vermelha, para uso da indústria cerâmica, atingem volume superior a 65 milhões de toneladas.

### 3.2.3. Indústria no Paraná

O Estado do Paraná é também o principal produtor de talco do Brasil. Cerca de 17% das reservas brasileiras estão em seu território, com volume estimado em 13 milhões de toneladas, e produtividade média anual de 200 mil toneladas. A

fluorita, que tem larga aplicação como matéria-prima na indústria química, metalúrgica e cerâmica, tem reservas superiores a 4,4 milhões de toneladas no Estado, o que equivale a 53% do total encontrado no País.

A partir de 1966, intensificaram-se as atividades de reflorestamento, mediante a concessão de incentivos fiscais, que tem combinado a expansão da fronteira agrícola e o atendimento ao setor industrial madeireiro. As áreas reflorestadas, que tiveram considerável aumento, atingem hoje 1 milhão de hectares e mais de 2,5 bilhões de árvores plantadas.

Ainda sobre o setor industrial paranaense, vale a observação que

Agregando-se os ramos industriais em três grupos diferenciados – tecnológico, fornecedor e tradicional – é possível observar como tendência o declínio de atividades industriais tradicionais no Estado e o aumento da presença de indústrias de maior conteúdo tecnológico, que passam a responder por mais de 35% da capacidade instalada (ver tabela 03). Vale destacar a tendência de crescimento desse tipo de indústria, iniciada na primeira metade da década passada e reforçada nos anos subseqüentes”. Ou seja, “ tal processo de reconfiguração ainda não se refletiu totalmente na estrutura de agregação de valor, em virtude de provável efeito do preço do petróleo na petroquímica ( inserida no grupo Fornecedor) entre 1995 e 2000, interferindo na composição global da indústria. Por isso, em 2000 o Grupo Fornecedor detém 48,1% do valor adicionado, enquanto o Tecnológico e o Tradicional respondem por 29% e 22,8% respectivamente. (IPARDES, p. 64)

TABELA 03 – DISTRIBUICAO DOS ESTABELECIMENTOS E DO VALOR ADICIONADA DA INDUSTRIA (VA) DO PARANÁ – 1985-2000.

GRUPO INDUSTRIAL	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS(%)				DISTRIBUIÇÃO VA(%)			
	1985	1990	1995	2000	1985	1990	1995	2000
Grupo Tecnológico	15,1	24,8	26,0	35,2	20,9	26,0	30,0	29,0
Grupo Fornecedor	42,5	45,5	41,6	38,2	44,2	49,8	43,6	48,1
Grupo Tradicional	42,4	29,7	32,4	26,6	34,9	24,2	26,4	22,8
TOTAL DO ESTADO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IPARDES, P. 65.

Assim,

Basicamente, o grupo tecnológico compõe-se de indústrias que investem mais intensivamente em tecnologia. O grupo fornecedor é formado por indústrias intensivas em capital, de alta escala de produção e que tendem a produzir bens homogêneos (*commodities*). O grupo tradicional envolve a produção de bens não-duráveis cujas estruturas industriais organizam-se, predominantemente, em oligopólios competitivos.(IPARDES, p. 64)

O parque industrial do Estado reúne cerca de 24 mil estabelecimentos, que têm registrado desempenho sempre superior à média nacional do setor. A produção industrial é diversificada, destacando-se as indústrias automobilísticas, de papel e celulose, química, madeireira, alimentícia, de fertilizantes, eletroeletrônica, metalmecânica, de cimento, têxtil e de cerâmica, além da agroindústria.

“Em termos estruturais, ocorre, no período 1990-2000, uma tendência de crescente diversificação. De acordo com o valor adicionado fiscal, ramos de metalmecânica (especialmente material de transporte) e da química avançam com maior vigor sobre ramos tradicionais como alimentos e fumo,” conforme a tabela seguinte.

**TABELA 04 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ**

GÊNEROS	1990	1995	2000
Indústrias Extrativas	0,96	0,99	0,86
Extrativa mineral	0,96	0,99	0,86
Indústrias de Transformação	98,80	98,89	99,14
Minerais não-metálicos	5,96	5,01	4,55
Metalúrgica	3,07	2,49	2,69
Mecânica	6,11	6,73	3,64
Materiais elétrico e de comunicação	5,44	8,51	5,24
Material de transporte	7,23	8,61	10,97
Madeira	5,06	5,66	5,42
Mobiliário	3,30	2,63	2,36
Papel & papelão	4,72	8,41	8,63
Borracha	0,10	0,21	0,15
Couros & peles	1,22	0,73	0,52
Química	20,88	19,19	30,39
Produtos farmacêuticos e veterinários	0,19	0,29	0,42
Perfumaria, sabões e velas	0,29	0,77	1,16
Produtos de matérias plásticas	1,96	2,62	3,12
Têxtil	4,62	1,99	1,37
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	1,62	1,54	1,54
Produtos alimentares	17,13	14,83	10,79
Bebidas	3,21	4,08	2,77
Fumo	4,16	2,15	0,42
Editorial e gráfica	0,84	1,56	0,99
Diversos	1,69	0,88	2,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: SEFA, Apud, IPARDES, P. 65.

Pode-se verificar que, “o valor adicionado fiscal (VAF) é a diferença entre os valores das operações de saídas (VS) de mercadorias e serviços, sujeitos ao ICMS, em relação aos valores de entrada(VE), consideradas as variações de estoques final (Vf) e inicial (Vi). Ou seja:  $VAF = VS - VE + (Vf - Vi)$ .(IPARDES, p. 64)

Na agricultura, tanto na transformadora de origem agropecuária, quanto na indústria processadora de alimentos e bebidas, pode-se observar na tabela seguinte, o agrupamento agroindustrial, o conjunto de estabelecimentos processadores de produtos intermediários ou finais elaborados sob mesma base tecnológica e/ou de matéria-prima agropecuária.

**TABELA 05 – PARTICIPAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS AGROINDUSTRIAIS NAS VARIÁVEIS ECONÔMICAS DA AGROINDÚSTRIA DO PARANÁ – 10090/2000**

AGRUPAMENTO	Valor Adicionado (VA)		Número De Funcionários		Número de Estabelecimentos	
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
Destilação de Alcool e Produtos de açúcar e Adoçantes Naturais	7,9	8,1	14,0	12,2	0,7	1,0
Couros e Peixes	3,9	2,6	3,8	3,9	1,6	3,3
Artigos de Couro	1,5	0,7	3,7	2,6	7,8	6,8
Fiação e Tecelagem	5,4	5,4	5,7	7,0	0,9	1,4
Malharia e outros Produtos Têxteis	0,9	0,9	2,4	2,5	6,2	4,5
Fumo	16,4	2,4	2,7	0,5	0,3	0,6
Óleos e Gorduras Vegetais	18,1	11,4	3,5	3,1	0,7	1,3
Beneficiamento de Café, Mate, Grãos e fibras	8,2	5,1	13,8	4,4	25,4	12,9
Moagem de Trigo	3,1	5,7	2,2	2,0	1,1	1,9
Panificio e Pastificio	2,5	3,5	10,2	10,4	27,1	23,8
Industrialização do Café	1,9	2,2	3,3	2,3	2,0	3,9
Processamento do Milho, Mandioca e seus derivados e farinhas Diversas	2,7	6,3	8,9	4,7	6,2	6,5
Sucos s Concentrados Naturais e Conservas de Frutas e Legumes	0,4	0,9	0,9	1,5	1,4	2,9
Refeições e Alimentos Conservados	1,2	1,2	1,2	3,2	1,3	3,2
Abate de Bovinos e Suínos e Preparação de Carnes e Subprodutos	3,6	7,8	3,9	10,4	2,6	3,3
Abate de Aves e Preparação de Carnes e Subprodutos	2,3	8,1	4,5	11,5	0,9	1,1
Abate de Reses e Aves e Preparação de Carnes e Subprodutos	7,0	0,7	7,0	1,4	0,4	0,3
Abate de outros Animais e Preparação de Carnes e Subprodutos	0,0	0,6	0,3	1,1	0,4	2,2
Preparação do Pescado e Fabricação de Conservas	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3
Leite e Derivados	1,7	4,9	2,0	4,8	2,5	7,6
Fabricação de Balas, Chocolates e Sorvetes	0,1	1,5	0,8	2,6	6,7	4,2
Cerveja, Chope e Malte	6,7	9,5	1,0	1,2	0,1	0,3
Refrigerantes	3,2	5,3	2,1	3,1	0,8	1,2
Fabricação de Refrescos Naturais, Mate Solúvel e Xaropes para Refrescos	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2
Fabricação de Vinhos, Aguardentes e Licores	0,4	0,5	0,6	0,7	1,4	2,1
Rações e Alimentos Preparados para animais	0,9	4,7	1,3	2,7	1,4	3,4
Total da Agroindústria	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agroindústria /Total da Indústria de Transformação	25,6	17,5	26,5	24,8	22,5	19,6
Outras Indústrias/Total da Indústria de Transformação	74,4	82,5	73,5	75,2	77,5	80,4
Total da Indústria de Transformação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IPARDES, P. 68.

A estrutura agrária do Estado é formada predominantemente de pequenos e médios estabelecimentos, cumprindo importante papel social, de geração de emprego e renda, no campo. Cerca de 86% dos estabelecimentos rurais do Paraná

apresentam área inferior a 50 ha, conforme demonstra dados do censo agropecuário, do IBGE.

**TABELA 06 – PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA EMPRESARIAL NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS DA ÁREA, SEGUNDO MESORREGIÕES – PARANÁ – 1995**

MESORREGIÃO	N.º Estab.	Área (ha)	AGRICULTURA FAMILIAR		AGRICULTURA EMPRESARIAL	
			N.º estab. %	Área (ha) %	N.º estab. %	Área (ha) %
Noroeste Paranaense	38.835	2.248.698	81,9	19,7	18,0	80,3
Centro-Occidental Paranaense	24.041	1.094.808	83,2	25,7	16,8	74,3
Norte-Central Paranaense	52.150	2.221.214	83,9	27,6	16,0	72,4
Norte-Pioneiro Paranaense	30.689	1.365.587	84,2	25,9	15,8	74,1
Centro-Oriental Paranaense	21.802	1.926.463	79,2	11,6	20,8	88,4
Oeste Paranaense	56.753	1.818.237	88,3	38,9	11,7	61,1
Sudoeste Paranaense	47.277	1.031.602	92,8	58,1	7,2	41,9
Centro-sul Paranaense	38.660	2.141.634	83,5	21,8	16,5	78,2
Sudeste Paranaense	35.175	1.222.317	88,0	38,0	12,0	62,0
Metropolitana de Curitiba	24.493	876.073	89,0	31,0	11,0	69,0
TOTAL DO ESTADO	369.875	15.946.633	85,9	27,7	14,1	72,3

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário, apud, IPARDES, p. 60.

O complexo hidrográfico do Estado do Paraná apresenta grande potencial energético, e seus principais rios incluem o Paraná, o Iguaçu, o Ivaí, o Tibagi e o Piquiri. Somente a bacia do rio Iguaçu, que nasce próximo a Curitiba, capital do Estado, e deságua no rio Paraná, na fronteira com o Paraguai, tem potencial hidrelétrico para 11,3 mil megawatts de energia elétrica. O Estado do Paraná consome internamente apenas 20% da energia elétrica total produzida em seu território, que representa 25% da produção no País.

O Estado do Paraná tem 135.148 mil km de estradas de rodagem, sendo 15,3 mil km pavimentadas, e 3.372 km de estradas de ferro, por onde é transportada a carga que segue para exportação através do porto de Paranaguá, principal terminal marítimo exportador de grãos do Brasil, a 90 km de Curitiba. Existem ainda 46 aeroportos no Estado, homologados pelo Departamento de Aviação Civil (DAC),

sendo dois internacionais (São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, e Foz do Iguaçu, principal tronco do Mercosul).

### 3.3. MOMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO PARANÁ A PARTIR DOS ANOS 90

Nos anos 90, segundo estudos de Lourenço, o Estado do Paraná retoma decisivamente o fortalecimento e dinamização do setor industrial, destacando a atuação do pólo automotivo, a modernização agrícola e agroindustrial.

O processo de mudança estrutural da economia do Paraná decorreu da inserção plena do Estado no caminho favorável trilhado pela economia brasileira, desde o lançamento do Real em julho de 1994 e o aprofundamento da liberalização comercial em fins de 1994. O Real e a abertura comercial abriram espaço para uma espécie de reestruturação de um movimento de desconcentração industrial do eixo Rio- São Paulo- Minas em direção às cidades de portes médios e grandes do centro-sul do país, próximas de São Paulo e do Mercosul, dotadas de excelência infra-estrutural e apresentando menor custo de mão-de-obra. ( LOURENÇO, 2003, p.122).

Para o referido autor, a condição econômica que se elevou o Estado, na última década teve por base:

O eixo de inversão-retaguarda que contempla algumas iniciativas destinadas à consolidação dos requisitos necessários à diminuição do custo Paraná e ao aumento de sua competitividade sistêmica, incluindo os esforços voltados à superação das deseconomias externas, particularmente à correção das ineficiências e desperdícios derivados da deteriorização do aparato infra-estrutural do Estado. (LOURENÇO, 2003, p.123).

Para tanto, compreende o mencionado autor, que as relações estabeleceram-se através da ampliação e melhoria da eficiência da infra-estrutura física, com a logística dos transportes , onde cria o Anel de Integração com mais de

dois mil quilômetros de rodovias federais no Estado, implanta conexões com o centro-oeste através da ponte de Guaíra e outros em Icaraíma, vindo favorecer a disponibilidade de matéria-prima agroindustrial e escoamento pelo Porto de Paranaguá, e também a Ferroeste até Guaíra e a reestruturação portuária em Paranaguá, a revitalização do Porto de Antonina.

Houve a ampliação e modernização das telecomunicações e aumento da oferta de energia, com novas turbinas em Itaipu, construção de novas usinas termelétricas e o gasoduto Brasil- Bolívia.

Lourenço aponta como o outro eixo que contribuiu para a condição econômica paranaense, o vetor de inversão-operativo, composto pelo pólo automotivo, que iniciou em 90 com a New Holland e a Volvo. Nos últimos anos foi ampliado pela Renault, Volks, Audi, Chrysler, Titec motores, Detroit Diesel, Renault motores, Volvo motores, Dana Corporation, Lear Corporation, Siemens, Bertrand Faure, onde as montadoras atingiram 22.3% do valor das exportações paranaenses. Ainda de forma indireta, o pólo automotivo contribuiu significativamente para com o ramo imobiliário, hoteleiro, construção civil, alimentação, entre outros serviços.

O pólo de agronegócios liderado pelas cooperativas, atingindo 55% da produção agropecuária e atuando de forma regionalizada, facilita a alocação de recursos nas regiões produtoras. As cooperativas paranaenses vêm incentivando o fortalecimento das alternativas de renda das unidades produtivas agropecuárias com a introdução de atividades como fruticultura, horticultura, avicultura e suinocultura. Segundo cálculos da Cooperativa Agropecuária de Cascavel (Coopavel), no caso da avicultura, a verticalização industrial possibilita ao produtor



receita 185% superior aquela obtida com a comercialização direta da soja e do milho.

De acordo com LOURENÇO(2003, p.127-128),

Tais estimativas levam em conta uma demanda de 120 mil toneladas de milho e de 45 mil toneladas /ano de farinha de soja pelo ramo avícola da cooperativa. A venda dessa produção primária a preços de agosto de 2000 resultaria em receita de R\$ 40 milhões aos agricultores contra os R\$114 milhões gerados pela integração vertical. Isso porque, a nova forma de articulação requer radicais alterações no perfil das atividades rurais visando ao suprimento das necessidades de plantas industriais cada vez mais sofisticadas. (LOURENÇO, 2003, p.128).

O complexo madeira-papel, na compreensão de Lourenço, em uma expansão qualitativa, dispõe da matéria-prima dos reflorestamentos de pinus, eucalipto e acácia negra, modernizou-se com tecnologia de ponta para atender as exigências do mercado moveleiro e da construção civil, e também pela competitividade ofertada pela mudança cambial.

A frente internacional, como grupo funcional de crescimento, representa os avanços dos fluxos de comércio, sendo possível observar que,

As vendas externas paranaenses para o restante do mundo saltaram de US\$1,87 bilhões em 1990 para US\$5.70 bilhões em 2002, elevando a participação relativa do Estado no total exportado pelo país de 5,9% para 9,4%, consolidando o quarto lugar no ranking nacional. Já a fatia Mercosul nas exportações paranaense passou de 4,1% em 1990 antes da celebração do Tratado de Livre Comércio, para 14,2% em 2000. Dessa forma, o bloco representa o terceiro parceiro comercial do Estado, através da União Européia (35,2%) e dos Estados Unidos (18%), desempenho que pode ser melhorado com a provável aliança com a Comunidade Andina e com a Criação da Área de Livre Comércio das Américas do Sul ( exceto Guiana e Suriname), em contraposição ao Nafta. Em 2001 e 2002, a Crise Argentina reduziu a participação do Mercosul nas exportações paranaenses para 9,8% e 4,6% respectivamente. (LOURENÇO, 2003, p. 128-129).

Ainda no entendimento de LOURENÇO, o grupo das vocações regionais, dispõe do melhor aproveitamento da região, o que exige um novo enfoque de

planejamento, com sistemas integrados, cooperativos e competitivos, combinando fatores produtivos, maximizando, ocupação dos nichos econômicos e o rendimento das cadeias de negócios, as quais representam virtuais unidades de negócios, o que para LOURENÇO, “é necessário uma estratégia de gestão conjunta e interdependente entre as unidades integrantes da cadeia, priorizando a seleção adequada dos parceiros e a sincronização entre as suas diferentes metas e competências” ( LOURENÇO, p.130).

Outro vetor da base econômica do Paraná a partir dos anos 90 é o Vanguarda, significando na visão de LOURENÇO a expansão da base científica e tecnológica, trazendo novos paradigmas para competitividade do parque produtivo do Estado.

Pode-se observar que a década de 90 é de modernização e fortalecimento do parque industrial, dos transportes, do complexo automotivo, entre outros, apesar do Estado também sofrer os efeitos da situação do país, como a abertura comercial, redução das alíquotas de importação, como demonstra a tabela apresentada.

TABELA 07 – IMPORTAÇÕES PARANAENSE – 1990/1995/1999-2002

(Em US\$ mil)

GRUPO DE PRODUTOS(1)	1990	1995	1999	2000	2001	2002
Material de Transporte	33 923	139 561	990 564	1 181 764	1 135 968	888 599
Máquinas e instr. Mecânicos	105 063	447 967	583 355	432 424	602 998	385 641
Combustíveis e lubrificantes	1 985	336 782	348 643	709 947	624 242	330 964
Aduos e fertilizantes	71 083	130 278	236 186	350 626	327 626	294 289
Químicos diversos	29 440	140 008	188 984	222 042	233 601	250 200
Material elétrico	85 285	265 540	347 778	548 783	866 845	222 872
Soja	4 157	73 880	108 497	127 045	106 651	150 482
Plásticos	4 629	57 497	141 076	194 535	228 691	126 950
Metalos comuns	8 958	56 378	112 668	200 012	159 760	107 102
Cereais	9 479	61 860	99 379	90 405	94 150	76 408
Papel e celulose	30 922	150 154	88 051	131 437	93 956	69 800
Fios e tecidos	2 083	24 178	17 519	32 760	49 188	66 366
Artefatos de borracha	8 994	49 890	30 386	41 903	44 138	44 715
Minerais não metálicos	5 386	29 927	38 838	49 348	43 613	39 413
Hortícolas	14 726	90 344	31 417	30 697	26 315	17 984
Frutas	19 858	74 863	46 265	29 785	16 945	10 407
Outros	190 208	513 253	289 500	310 522	272 536	251 622
Total	626 179	2 642 360	3 699 105	4 684 035	4 927 584	3 333 814

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: (1) os grupos estão em ordem decrescente segundo suas participações em 2002.

Sem otimismo precipitado, é possível observar o crescimento econômico avançar também após 2000, mesmo com todos os constrangimentos conjunturais que marcaram o Brasil. E o sustentáculo desse crescimento congrega o agromércio que dinamiza as exportações, os empreendimentos industriais, as vendas externas, principalmente pelos produtos como farelo de soja, milho e frango, e a exclusão do racionamento de energia elétrica no Estado.

O Estado pôde contabilizar, em 2001, evolução de 24,3% do faturamento industrial, mais que o dobro do incremento pela indústria nacional (11,7%) e variação de 21,1% nas exportações contra 5,7% das brasileiras. No caso das exportações, estas totalizaram US\$5,3 milhões, respondendo por 9,1% do total do país (US\$58,2 bilhões) suplantando o recorde de 1997 (US\$4,85 bilhões)". (LOURENÇO, 2003, p.141).

### 3.4. CRIAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR DO ICMS 87/96 - LEI KANDIR

A Lei Kandir, na proposição investigativa em questão, é o instrumento dinamizador da reflexão e do estudo. Com essa dimensão e importância, buscou-se primeiramente saber quem é seu autor – KANDIR, em um segundo momento buscou-se compreender a razão de seu surgimento e não simplesmente lançar mão do compendio e apresenta-lo. E finalmente buscou-se contextualizar a própria lei e seu impacto na arrecadação do ICMS nas exportações.

#### 3.4.1. Quem é Kandir?

De acordo com a biografia de Antonio Kandir, atuou como Deputado Federal pelo PSDB de São Paulo, foi Ministro do Planejamento e Orçamento do Governo Fernando Henrique, de junho de 1996 a março de 1998. Engenheiro formado pela Escola Politécnica da USP, Mestre e Doutor em Economia pela UNICAMP, é também autor de vários livros, entre eles: "O Caminho do Desenvolvimento: Do Brasil Hiperinflacionário ao Brasil Competitivo e Solidário".

Kandir foi relator na Comissão de Finanças e Tributação em março de 2001, quando a Câmara dos Deputados aprovou a Nova Lei das S/As por 372 votos a favor e 30, contra. O texto, garante mais direitos ao acionista minoritário. O projeto seguiu para o Senado.

Como vice-presidente da Comissão Especial destinada a discutir a Reforma Tributária, Kandir foi um dos coordenadores da discussão, já que este é sem dúvida, um assunto de extrema importância, pois o contribuinte brasileiro arca com uma das cargas tributárias mais pesadas do mundo. O projeto visava organizar o sistema, estimular a produção e promover o crescimento, de modo a atacar, principalmente, o desemprego.

Em 1998, recebeu uma expressiva votação para exercer seu segundo mandato (1999-2002). Foi o deputado federal mais votado do PSDB na Capital e o segundo no âmbito estadual. Em seu primeiro mandato, apresentou e conseguiu a aprovação da Lei Kandir, que eliminou a cobrança de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semi-elaborados e na compra de máquinas e equipamentos.

Na área da habitação, criou o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), para canalizar mais recursos do setor privado no financiamento da construção e compra de imóveis e, também, o SFH Light para desburocratizar os financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação. Para que, as micros e pequenas empresas tenham acesso mais fácil aos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Kandir criou um mecanismo de apoio específico para o setor.

Logo que assumiu o Ministério, Kandir definiu um conjunto de projetos fundamentais para o desenvolvimento do país. Quando ocupou a pasta do Planejamento, Kandir criou e fez acontecer o Programa Brasil em Ação, um conjunto de 26 empreendimentos de infra-estrutura e 16 programas na área social, todos

fundamentais para o desenvolvimento do país. Em sua segunda etapa, o Programa Avança Brasil dá continuidade às diretrizes iniciadas por Kandir.

Nasceu assim o programa Brasil em Ação, um conjunto de 42 projetos, sendo 26 na área de infra-estrutura (telecomunicações, energia, transportes, irrigação e turismo) e 16 na área social (educação, saúde, saneamento, habitação, reforma agrária, agricultura familiar, formação profissional e geração de empregos), envolvendo um investimento total previsto de R\$ 65 bilhões entre 1997 e 1998.

Este programa fez com as decisões de investimento do governo federal ganhassem maior racionalidade: ao invés da dispersão em projetos de pequeno impacto, concentraram-se esforços e recursos em projetos capazes de promover um salto de desenvolvimento.

Para que o programa fosse realizado com sucesso, “Kandir determinou a implantação de um sistema especial de gerenciamento de projetos, ágil e voltado para a obtenção das metas estabelecidas, dentro dos cronogramas fixados. O resultado é que os projetos do Brasil em Ação apresentaram desempenho muito acima da média, gerando empregos e multiplicando.”

Entre os mais recentes trabalhos destacam-se:

- Relatório da Lei das S/As, na Comissão de Finanças e Tributação;
- Proposta de aumento das penalidades para quem cometer crimes contra marcas e patentes de registro;
- Projeto que visa submeter os produtos importados a um controle de qualidade;

- Inclusão da discussão do salário mínimo na elaboração do orçamento anual;
- Criação do grupo parlamentar Brasil-Armênia, para discussão de questões de integração dos dois países.

Através da biografia de KANDIR, é possível perceber que KANDIR é um batalhador atuante política e intelectualmente.

### 3.4.2. Criação da Lei Kandir

Procurando historizar a Lei, em estudo, identificou-se que a atual Constituição da República Federativa do Brasil substituiu o ICM pelo ICMS, deixando a regulamentação ser efetivada através de posterior lei complementar.

Em 1996, ainda não havia sido regulamentada a legalidade do ICMS, o que levou o então Deputado Federal Kandir a elaborar um Projeto de Lei, que se baseou em propostas de governadores, como o anteprojeto de Lei Complementar de 1995, o apresentado pelo grupo de trabalho “Reforma Tributária”, do Conselho de política Fazendária – CONFAZ. E também no Projeto de Lei de 1996, do poder Executivo, que disciplinava a substituição tributária, ratificando práticas das administrações fazendárias, que na época estavam sendo contestadas judicialmente pelos contribuintes, intervindo na ação fiscal, com conseqüentes danos à arrecadação.

O autor do Projeto, alicerçou de forma legal sua proposição no título da Tributação e do Orçamento no artigo 146 e 155, onde a Carta Constitucional

subsídia a criação da lei que complemente estabelecendo normatização sobre os impostos e contribuintes.

O artigo 146 da Constituição Federal(p. 91) diz que, cabe á lei complementar:

- “I – Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II – regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;
- III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:
  - a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;
  - b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;
  - c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.”

que: O artigo 155 que trata dos impostos dos Estados e do Distrito Federal diz

“ art. 155. compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- I - transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos;
  - II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
  - III – propriedade de veículos automotores.
- § 1º O imposto previsto no inciso I:
- I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;
  - II- relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou o Distrito Federal;
  - III – terá competência para sua instituição regulada por lei complementar:
    - a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;



b) se o *de cujus* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV – terá sua alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

I – será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II – a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III – poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV – resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou do terço do Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais de exportação;

V – é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI – salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para operações interestaduais;

VII – em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII – na hipótese da alínea a do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre alíquota interna e a interestadual;

IX – incidirá também:

a) sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo fixo do estabelecimento, assim como sobre serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o estabelecimento destinatário da mercadoria ou do serviço;

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios;

X – não incidirá:

- a) sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar;
- b) sobre operações que destinem a outros estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;
- c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

XI – não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII – cabe à lei complementar:

- a) definir seus contribuintes;
- b) dispor sobre substituição tributária;
- c) disciplinar o regime de compensação do imposto;
- d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;
- e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além de mencionados no inciso X, a;
- f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;
- g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do *caput* deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. “ (Constituição Federal, p. 95–97).

Com base nos artigos citados, a Lei se propõe regulamentar substituição tributária, disciplinas e regime de compensação do imposto, estabelecer ou fixar o local das obras relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviço e a devida cobrança, como também a questão de excluir a incidência do imposto nas exportações.

Para o momento sócio-econômico do país, quando da elaboração da referida Lei, para o Poder Executivo e Legislativo, bem como técnicos que ajudaram na elaboração, o objetivo era viabilizar uma norma tributaria que atendesse a questão fiscal, o contribuinte e favorecesse o tão almejado desenvolvimento econômico.

A lei Complementar nº 87 denominada “Lei Kandir”, aborda com grande importância, a regulamentação da desoneração de todas as exportações que estavam sujeitas ao ICMS.

Essa medida historicamente finaliza o processo político onde na primeira Assembléia Constituinte da Republica já se contestava os estados tributarem as exportações, sendo que até o ano de 1996, o Brasil era o único país que no comércio internacional tributava a exportação.

Com a desoneração das exportações, compreendia-se que havia o aumento da competitividade dos produtos brasileiros no exterior, e assim as vendas, o que significaria aumento também de empregos, movimento econômico, principalmente no momento em que a âncora cambial era de paridade da moeda corrente nacional, o real, com o dólar.

A prática da desoneração tarifária nas exportações, no tocante aos produtos primários e semi-elaborados, pela Lei Kandir, deveria corrigir a política de taxaço do setor produtos rural brasileiro, em relação aos demais setores da economia.

Embora o crescimento econômico fosse um fator dinamizador da referida lei, os propositores desta se preocuparam com a possibilidades da mudança na legislação tributaria mesmo que favorece o tão almejado crescimento econômico, também poderia levar a uma arrecadação negativa. Assim, cria-se um esquema

visando a garantia de receita, apresentado como “seguro receita”, uma fórmula de cálculo considerando o fator de eficiência relativa, onde o crescimento da arrecadação estadual seria comparado ao crescimento médio dos demais e como registrado pelo fisco federal no estado ou como crescimento da receita/estado/ICMS com o crescimento do PIB nacional.

### 3.4.3. Lei Kandir

A Lei Kandir como visto no item anterior, é uma Lei Complementar que foi criada para regulamentar a legalidade do ICMS, ratificando práticas das administrações fazendárias como pode-se perceber na citação abaixo.

“Art. 1º Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Art. 2º O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

§ 1º O imposto incide também:

I – sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;

- II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;
- III - sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente. **“(LEI COMPLEMENTAR DO ICMS 87/96 - LEI KANDIR).”**

Assim, através da LEI KANDIR, os Estados passaram a definir com maior autonomia a aplicação do ICMS de acordo com o giro dos produtos que cada estado produz e exporta, podendo desta forma atingir o desenvolvimento que almejavam.

Porém como a maioria das leis criadas no Brasil, a Lei Kandir foi aprovada e algum tempo depois sofreu algumas alterações por meio de leis complementares como a 102 de 11 de julho de 2000, e posteriormente pela Lei nº 115 de 06 de dezembro de 2002 (ver anexo I). Estas alterações de acordo com estudiosos vieram para suprir algumas falhas ou reduzir possíveis brechas na aplicação e/ou cumprimento da lei.

### 3.5. IMPACTO DA DESONERAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ

para compreensão do objeto de estudo em questão, há necessidade de obter dados sobre o mercado econômico paranaense. As exportações tornam-se o cenário imprescindível para compreensão do impacto da desoneração do ICMS no Estado do Paraná.

#### 3.5.1. Exportações do Estado do Paraná

A história paranaense se delineou também através da vocação comercial, e em especial destaque para as exportações, com significativas taxas de crescimento, chegando a se destacar no cenário nacional, principalmente nos últimos anos, como mostra estudos sobre a balança comercial do Paraná.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ – 1990-2001

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1990	1 868 168	626 179	1 241 989
1991	1 807 230	739 488	1 067 742
1992	2 110 039	769 453	1 340 586
1993	2 481 143	1 201 065	1 280 078
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172
1997	4 854 245	3 306 968	1 547 277
1998	4 227 995	4 063 890	164 105
1999	3 932 564	3 699 105	233 459
2000	4 392 091	4 684 035	- 291 944
2001	5 317 509	4 927 584	389 925

FONTE : MDIC/SECEX

NOTA: Valores em US\$ FOB mil.

Os produtos de maior cotação na pauta das exportações , segundo dados do diagnóstico Social e Econômico, elaborado pelo IPARDES, são os de origem extrativa e agropecuária, cujo destaque coube ao complexo da soja, os produtos

industriais, material de transporte, madeira, carnes e açúcar , como demonstra a tabela.

TABELA 09 – PARTICIPAÇÃO EM % DOS PRODUTOS EXPORTADOS PELO PARANÁ EM 2001

GRUPO DE PRODUTOS	Distribuição (%)				TAXA DE CRESC. MÉDIA ANUAL (%)
	1990	1996	2001	Média 1990 -2001	
Soja	45,58	47,31	31,29	42,02	5,95
Material de transporte*	3,54	6,91	22,74	9,93	31,02
Madeira	3,69	6,22	9,28	7,29	24,41
Carnes	4,47	5,91	8,27	6,02	13,18
Milho	-	0,71	6,82	0,86	..
Açúcar	0,16	2,00	3,41	1,77	47,31
Papel e celulose	5,04	4,24	2,63	4,51	4,67
Café	9,66	5,38	2,47	5,71	- 1,13
Máquinas e instrumentos mecânicos	2,67	3,08	2,05	2,93	4,98
Couro e calçados (de couro)	3,16	2,33	1,64	2,61	4,13
Químicos diversos	0,56	1,35	1,36	1,33	22,93
Material elétrico	0,73	0,70	0,72	0,87	13,66
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	8,99

FONTE: MDIC/SECEX

(os grupos estão em ordem decrescente segundo suas participações em 2001)

\*o grupo referente a material de transporte inclui peças e acessórios

O grupo soja manteve-se na liderança da pauta das exportações paranaense(...) apesar da perda de representatividade, principalmente nos quatro últimos anos da série. Não se pode negar que a participação destacada da soja foi um elemento determinante para o desempenho das exportações totais do Estado entretanto, dadas as características de *Commodity* agrícola, as exportações do Grupo conferem certo grau de vulnerabilidade ao desempenho global do Estado, na medida em que variáveis exógenas à economia estadual é, portanto, de restrita margem de manobra local, como as oscilações dos preços internacionais e alterações na política cambial, no âmbito federal, acabam repercutindo decisivamente no resultado final das Exportações. (WOSCH, 2003, p. 11)

Sobre o grupo transporte, WOSCH, o identifica como segundo em exportações, onde no período 1990 –1999, teve como média anual de crescimento, 20,44%, chegando a 22,44% em 2000-2002.

(...) as exportações relativas a material de transporte ficaram condicionadas, de forma preponderante, a um insumo industrial, e representadas, praticamente por uma empresa, significando a fragilização da pauta. A partir de 2000, essa condição foi alterada por conta dos embarques de automóveis, que assumiram a liderança no grupo, sendo fortalecidos, no ano seguinte, pela inclusão de motores, que passaram a representar o segundo item de maior relevância no grupo (WOSCH, 2003, p.12)

O mesmo autor mencionado, classifica como terceiro grupo paranaense de exportações, a madeira cujas vendas em 1990 correspondia 3,68% e em 2002 cresceu para 10,53%. Essas exportações têm como item mais representativo os compensados de madeira, os quais lideram a pauta no decorrer de todo intervalo, respondendo, no último ano por pouco mais de 50% do total exportado pelo grupo. Citam-se, ainda, os embarques de madeira serrada, que representa o segundo item das exportações do grupo, e, mais recentemente, a incorporação de moldura, cujas exportações seguem ritmo crescente.

Para WOSCH(2003) destaca-se como relevante nas exportações, o grupo de carnes, o qual em 1990 era correspondente a 4,61% e em 2002 já atingia 8,38%, onde a carne de frango foi responsável pela sustentação das vendas. "O Paraná passou a ocupar a primeira posição entre produtores nacionais de carne de frango e a segunda entre os exportadores, relevando contribuição decisiva para o avanço brasileiro no contexto mundial, em que o país se situa como segundo maior produtor e exportador, abaixo apenas dos Estados Unidos." (WOSCH, 2003, p.13)

Ainda como produtos em destaque na pauta das exportações na análise de WOSCH, encontra-se o milho, nos dois últimos anos, cuja inserção resulta da contaminação do gado europeu e a conseqüente busca por ração de origem vegetal. No momento ainda a demanda é expressiva, mas não se efetivou como uma tendência no mercado. E por fim, o açúcar bruto vem compor mais um grupo, com substanciais receitas a partir de 1995, 4,25%, nos anos declinando para 2,7% em 2002, cujas flutuações podem ser compreendidas pela classificação do produto



como *Commodity*, levando as exportações dependerem das condições de oscilação do mercado mundial.

Assim o grupo de mercadorias exportadas, pode ser demonstrado conforme tabela a seguir.

TABELA 10- EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE MERCADORIAS AGROPECUÁRIAS E AGROINDUSTRIAIS, NO PARANÁ – 200-2001

GRUPO	2001(*)		2000	
	US\$ mil FOB	Part.(%)	US\$ MIL fob	Part.(%)
Soja	1 663 636	31,29	1 508 957	34,36
Farelo	755 517	14,21	637 733	14,52
Grão	670 586	12,61	675 230	15,37
Óleo	237 533	4,47	195 994	4,46
Madeira	493 692	9,28	477 036	10,86
Compensado	192 671	3,62	193 615	4,41
Serrada	154 996	2,91	153 859	3,50
Molduras	56 778	1,07	39 638	0,90
Obras marcenaria/carpintara	46 798	0,88	46 113	1,05
Outros	42 450	0,80	43 811	1,00
Carnes	439 657	8,27	286 466	6,52
Aves	347 025	6,53	227 757	5,19
Bovinos	44 684	0,84	30 636	0,70
Suínos	38 757	0,73	19 689	0,45
Outros	9 191	0,17	8,384	0,19
Milho	362 590	6,82	2 594	0,06
Açúcar	181 527	3,41	138 654	3,16
Em bruto	152 512	2,87	113 033	2,57
Refinado	29 015	0,55	25 620	0,58
Papel	140 075	2,63	147 562	3,36
Couché	42 296	0,80	45 930	1,05
Kraft p/ escrita, impressão e gráfica	26 849	0,50	25,371	0,58
Kraftliner para cobertura	14 186	0,27	15 027	0,34
Outros	56 742	1,07	61 233	1,39
Café	131 201	2,47	159 970	3,64
Solúvel	96 044	1,81	110 057	2,51
Grãos	22 949	0,43	39 017	0,89
Extratos. Essências e concentrados	12 208	0,23	10 896	0,25
Couro e artigos derivados	87 393	1,64	88 009	2,00
Couro preparado ou curtido	73,537	1,38	77 341	1,76
Outros	13 855	0,26	10 668	0,24
Produtos dos demais setores da economia	1 817 740	34,18	1 582 844	36,04
EXPORTAÇÕES PARANAENSES – TOTAL	5 317 509	100,00	4 392 091	100,00

FONTE: MDIC/SECEX/Alice Web

Elaboração: IPARDES

□ Dados Preliminares

Para esse grupo de produtos que compõe o mercado de exportação do Paraná existe como compradores a União Européia, onde comprava em 1990, 80% da soja exportada pelo Paraná. Mas a China entrou no mercado de forma muito competitiva.

TABELA 11- EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E PARANAENSES PARA A CHINA – 1996-2002

ANO	Exportação (US\$ mil FOB)		PR/BR (%)
	Brasil	Paraná	
1996	1.113.828	258.871	23,24
1997	1.088.214	206.793	19,00
1998	904.879	266.474	29,45
1999	676.140	56.099	8,30
2000	1.085.223	130.091	11,99
2001	1.902.093	115.244	6,06
2002	2.520.457	421.519	16,72

FONTE:MDIV/SECEX

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

No grupo de transporte, o mercado exportador se estabeleceu principalmente na América Latina para a Argentina, Estados Unidos, México e União Européia, que segundo WOSCH, "(...) as exportações de automóveis ao México e aos Estados Unidos compensaram as perdas geradas pelo declínio do Mercosul, garantindo o ritmo crescente das exportações do grupo. Com relação a União européia , destaca-se que as exportações de material de transportes também seguem em ascensão, porém concentradas em remessas de motores.(WOSCH, 2003, p.12)

### 3.5.2. Impacto da Lei Kandir na Arrecadação do ICMS do Paraná

O Governo do Estado do Paraná, conforme documentação em análise, começou a realizar estudos sobre o possível impacto no ICMS no Estado, através

da Secretaria de Estado da fazenda, antes da promulgação da Lei complementar 87/96, de 13/09/1996, denominada Lei Kandir.

Em correspondência ao Presidente do IPEA, em 1996, o Coordenador da Receita do Estado, Reni Pires, apresenta estudo sobre estimativas de perdas do ICMS.

"1) perda decorrente da desoneração de ICMS incide nas exportações de produtos primários e de industrializados semielaborados = **US\$ mil 223.304** = R\$ 217.097  
Premissas:

- período jul/95 a jun/96
- metodologia acordada entre GT/47 e o IPEA
- em US% correntes do referido período
- btrata-se da informação que apresentamos na reunião de 14/08/95

2) perda decorrente da apropriação de créditos de ICMS incide nas Máquinas e equipamentos = **R\$ mil 85.615**

- Premissas
- período de 1995
- a preços de 1995
- estimativa anexa, procedida para todos os Estados, com base na Participação das máquinas e equipamentos na Formação Bruta de capital Fixo e destra no PIB; aplicada alíquota media ponderada de 9,74%; estimativa distribuída por Estados de acordo com a sua participação no PIB; Observamos que alteramos as alíquotas dos Estados para 6,42% (NO/NE/CO/Esp.Sat.) e 11% (SU/DW – Esp. Sto.), relativamente ao cálculo apresentado na reunião de 14/08/96, porque obtivemos informação de que a maioria (inclusive o Paraná) não implementou o convênio que autoriza a apropriação de crédito de 20% do ICMS pago

3) perda decorrente da apropriação de créditos do ICMS incide na energia elétrica = **R\$ mil 74.787** (sendo R\$ mil 14.245 na industria e R\$ mil 60.542 no comércio)

Premissas:

- período de jul/95 a jun/96
- a preços correntes do referido período
- ICMS faturado pela COPEL ao consumo dos setores industrial e comercial, proporcional à parcela de credito que não é permitida a apropriação pela legislação atual do Paraná, ou seja, 15% para a industria e 100% para o comercio; difere da informação que apresentamos na reunião de 14/08/96

4) perda decorrente da apropriação de Créditos de ICMS incide em outros bens do ativo fixo(que não máquinas e equipamentos) e bens de uso e consumo próprio(que não energia elétrica) = **R\$ 130.423**

premissas:

- Período de 1994

- A preço correntes de 1995
- Pressupostos contidos na tabela anexa, que trata-se da mesma informação que apresentamos na reunião do dia 14/08/96, excluídas as máquinas e equipamentos e a energia elétrica, para as quais procedemos a estimativas com metodologia mais apropriada aos pressupostos discutidos na referida reunião. (Secretaria de estado da fazenda, 1996)

Em documentação elaborada pela coordenação de assuntos econômicos da Secretaria de Estado da fazenda do Paraná, após a promulgação da Lei Kandir, encontra-se considerável análise sobre o esforço fiscal do Estado do Paraná de 1989 a 1996, tendo legislação em proposição conforme tabela abaixo.

TABELA 12 – COMPARATIVO DE DESEMPENHO DO ICMS DO ESTADO DO PARANÁ COM DOS DEMAIS ESTADOS.

ANO	ICMS/PR Tx Real de Crescimentos = ICMS/Ufv/ ICMS/UFp	ICMS / Demais estados Tx real de Crescimentos = ICMS/Ufv/ ICMS/UFp	ICMS/PR menos ICMS/BR = R	Fator de Eficiência relativa E =1+ (ICMS /PR) – (ICMS/BR)
1990/89	4,3984	11,6772	-7,2788	0,9272
1991/90	-4,5603	-5,7011	1,1408	1,0114
1992/91	-8,7236	-7,9733	-0,7503	0,9925
1993/92	-8,6368	-6,1640	-2,4728	9,9753
1994/93	25,9177	23,4639	2,4538	1,0245
1995/94	19,7111	26,0470	-6,3359	0,9366
1996/95(jan a jun)	4,5283	3,1431	1,3852	1,0139
<b>Média</b>	<b>4,6621</b>	<b>6,3561</b>	<b>-1,6940</b>	<b>0,9831</b>

FONTE: (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996)

A documentação anteriormente mencionada faz uma análise sobre o cenário da economia paranaense com base nos pressupostos da Lei Kandir onde cita,

O IPARDES prevê um crescimento anual de 5% no PIB paranaense no período –1997-2001 e de 4,5% no brasileiro. Portanto, embora o desempenho do Paraná deva situar-se em 0,5

pontos percentuais acima do Brasil, será difícil Superá-lo em 75%. A partir de 2002 é estimado um diferencial de 20% entre o PIB paranaense e o nacional, e ainda que o ICMS acompanhe a evolução do PIB, será inferior aos 75% necessários. Tendo em vista o estoque de capital da economia paranaense, há um reconhecimento de que não existe mais espaço para saltos tão elevados nas taxas de crescimento como aconteceu na década de 70, até porque a preponderância dos investimentos que estão sendo atraídos ao Paraná não são em setores com resposta rápida em indicadores como o ICMS. Entretanto, tendo em vista que a sazonalidade da economia paranaense é diferente da economia nacional, há chances do desempenho do ICMS do Paraná superar o do PIB/Brasil em um ou outro trimestre específico de cada ano do período de compensação. (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996).

Outro aspecto que merece destaque refere-se sobre a arrecadação do

## ICMS/PR.

O comportamento da arrecadação de ICMS, apesar de manter correlação com o desempenho econômico, é regido também por condicionantes específicas. Um crescimento maior do PIB não significa que o ICMS apresente a mesma performance. Praticamente a metade dele não é campo de incidência do tributo e na parte que poderia ser tributável, o campo de efetiva incidência fica restringido com as imunidades, isenções, reduções na base de cálculo e delações de prazo. Em certos momentos suas trajetórias são até opostas, ocasiões em que pode ficar favorecida a possibilidade do desempenho do ICMS superar 75% o do PIB/Brasil. Como exemplo, a desoneração do ICMS nas exportações tende a provocar um aumento no PIB, enquanto que a arrecadação no curto prazo, fica diminuída, ainda que possam sejam esperados efeitos multiplicadores em outros segmentos geradores de ICMS.

Esses fatos, no entanto, não retiram a correlação entre o desempenho econômico e a arrecadação, apenas significa que no curto prazo as oscilações de ambos podem não seguir a mesma trajetória. Nesse sentido, surge a necessidade de um cenário específico para a arrecadação.

O desempenho de aproximadamente 75% da arrecadação do ICMS/PR de 1996 está vinculado aos complexos agro-industrial, da construção civil e infra-estrutura, de serviços de comunicações, de energia elétrica, de combustíveis e do comércio de veículos, bebidas e fumo. Os 25% restantes estão vinculados a segmentos que dependem de aumento na renda nacional e estadual, além de outros fatores como taxa de juro, política de financiamento, etc. É, portanto, nos setores relevantes que interessa visualizar as perspectivas de desempenho de ICMS durante o prazo de duração do mecanismo de compensação das perdas decorrentes da LC. (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996).

O raciocínio, até aqui exposto pode ser aprofundado através da mesma documentação sobre o estudo do cenário do complexo do agrobusiness.

O processo de globalização da economia brasileira tem como resultado a transferência para o mercado internacional do poder de formador de preços no seu mercado interno. Portanto, construir cenários para a agricultura paranaense significa analisar o comportamento da *commodities* no cenário internacional. Esse fato adquire importância ainda maior no momento em que as exportações estão desoneradas do ICMS, o que provocará um aumento de competitividade dos exportadores frente às indústrias aqui localizadas, para a aquisição da produção agrícola.

A questão então é saber qual será o futuro comportamento dos preços das commodities no mercado internacional e por consequência, no mercado nacional, com vistas a visualizar o desempenho do ICMS/PR.

As condições que favorecem o espetacular crescimento da produção agrícola no passado, e conseqüentemente, redução de preços, podem ser assim sistematizadas:

- Insegurança alimentar provocada pela II guerra e amplificada pela "guerra-fria" do Leste/Oeste;
- Pesados subsídios governamentais;
- Incorporação máxima de insumos químicos;
- Ampliação de áreas e de produtividade via processo de irrigação.

No entanto, a continuidade de tal modelo encontra-se parcialmente inviabilizada. O desmoronamento do império soviético eliminou a insegurança alimentar decorrente de conflitos futuros de grande magnitude. A recente criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) é resultado de exaustivas negociações no âmbito do GATT (Rodada Uruguia) para a eliminação de barreiras alfandegárias e gradativa eliminação de subsídios. O pacote químico utilizado para aumento de produtividade parece indicar sinais de esgotamento. A irrigação tem no seu limite a crise de água que já é motivo de reflexão a nível de instituições internacionais.

Enfim, os fatores apontados, se por um lado viabilizaram o *boom* da produção mundial nos últimos 40 anos, por outro, hoje apresentam sinais de total estrangulamento, estando apenas a busca de um novo modelo que mantenha as mesmas taxas de crescimento da produção agrícola. Até recentemente, a biotecnologia parecia ser a nova via de acumulação do *agrobusiness*. Seu alto custo em relação aos produtos tradicionais tem feito com que o alcance dessa inovação se limite mais em melhorias na qualidade e produtividade dos mesmos produtos tradicionais do que a substituição dos já existentes.

A visão apresentada, no entanto, não é compartilhada por instituições de maior credibilidade como o Banco Mundial e o FAO que apostam num futuro equilíbrio entre a oferta e a demanda. O acompanhamento das opiniões de especialistas de empresas privadas, indica que o nível de preços deverá permanecer no mesmo patamar de 1996, que foi excepcional em relação a 1995, pois o nível de estoques mundial encontra-se muito baixo.

Enfim, o cenário mais provável para os próximos anos deverá situar-se entre as duas visões, pessimista e otimista, ocorrendo oscilações nos preços ao longo do período, porém nunca caindo aos níveis de 1995. neste sentido, o Paraná deverá ser amplamente beneficiado por possuir terras aptas, com custos de produção mais baixos do que as novas áreas a serem incorporadas na produção agrícola mundial, além do que, sua estrutura de comercialização já tem tradição no mercado internacional. O temor de que a criação do MERCOSUL poderia levar a agricultura paranaense à insolvência, parece muito distante.

A desoneração das exportações, inclusive dos produtos *in natura*, no entanto, coloca outra questão ainda mais importante: o Paraná poderia perder o bonde da agroindustrialização, já que os países importadores ainda mantêm barreiras alfandegárias para produtos

processados enquanto que os *in natura* entram livremente. Em outros termos, nosso parque industrial poderia ser substituído por tradings especializadas em exportação de grãos. FONTE:(SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996)

Sobre a agroindustrialização paranaense o estudo analisa também que a questão a ser recolocada quanto a limites e possibilidades o parque agro-industrial paranaense deverá operar nos próximos anos. Dependendo de fatores como o aumento no grau de globalização, entrada nas etapas mais avançadas da cadeia produtiva, novos investimentos e estrutura empresarial.

Pois entende-se que a infra-estrutura existente e os projetos em fase de implantação com financiamento internacional permitirão adequar para o aumento de competitividade. O Programa Paraná Mais Empregos serve como referencial de que vários investimentos têm sido realizados na agroindústria, além das Cooperativas que o Paraná possui um fator positivo, acima de qualquer outro estado brasileiro. As quais aglutinam as forças produtivas, e têm servido de avanço no grau de industrialização dos produtos primários. O comportamento das Cooperativas determinará o cenário futuro.

Para os técnicos da Coordenação de Assuntos Econômicos da Secretaria de Estado do Paraná,

O fator limitante à agroindustrialização é a desoneração das exportações dos produtos *in natura*. Mesmo as exportações dos semi-elaborados doravante apresentarão um sério limitante de caráter tributário à consolidação e aumento do parque já existente. As plantas industriais, como exemplo, as esmagadoras de soja, que compram em torno de 20% de outros Estados, são oneradas com uma alíquota de 12% de ICMS. A isenção nas exportações, o diferimento e/ou alíquota de 7% no mercado interno poderão provocar uma acumulação de créditos de ICMS indesejável. Esse custo, além do fato do parque paranaense de esmagamento de soja operar com ociosidade induzirá à transferência de unidades industriais para Estados onde esta a matéria-prima. FONTE:(SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996).

Ainda no documento em estudo, procurando atingir os principais setores que a Lei Kandir poderia legislar, é importante destacar que

Os serviços de comunicação e energia elétrica deverão receber um brutal fluxo de investimentos ao longo dos próximos anos, principalmente em decorrência do processo de privatizações. A participação relativa desse dois setores na arrecadação de ICMS deverá ter ampliação significativa. Entretanto, apesar do Paraná apresentar um cenário altamente positivo, é provável que o crescimento nacional seja superior, devido ao fato de que, na maioria dos Estados, os investimentos serão mais que proporcionais aos do Paraná, devido ao fato de tais setores serem bem menos desenvolvidos neles.

Os combustíveis e o comércio de veículos, bebidas e fumo têm sua arrecadação vinculada ao instituto da substituição tributária e é dela, muito mais do que do crescimento econômico e/ou aumento da renda da sociedade que será determinada a dinâmica da arrecadação. O parcial esgotamento da substituição tributária como colchão amortecedor da sonegação parece ter atingido seu limite. A lei Complementar 87/96 pretende transformá-la novamente em mola propulsora da arrecadação. O tempo dirá ou o Supremo Tribunal Federal – o futuro de tal instituto. A reflexão em torno de sua importância pode indicar perdas muito maiores na arrecadação do que a tão discutida desoneração do ICMS nas exportações. Em termos estritamente econômicos estes setores têm seu crescimento vinculado ao aumento de renda. Como a renda per *capita* paranaense historicamente tem crescido mais que a nacional e o cenário do PIB indica sua continuidade, esses setores no Paraná deverão crescer acima das taxas nacionais. Então, teoricamente, a arrecadação paranaense deverá apresentar um crescimento superior ao do País, se os questionamentos jurídicos do instituto da substituição não forem mais que proporcionais no Paraná, vis a vis a média nacional.

A falta de um setor de bens de capital deixa a mostra o elevado grau de vulnerabilidade da economia estadual e transforma-se num fato altamente desfavorável à arrecadação paranaense e retira parcela significativa das vantagens até aqui analisadas. A nova onda de investimentos deverá provocar um crescimento excepcional na indústria de bens de capital. O direito ao crédito de ICMS na compra de máquinas e equipamentos fará com que o mercado nacional – principalmente São Paulo – aproprie-se dos frutos do aumento da industrialização via arrecadação enquanto o Paraná, na condição de importador de bens, tenha sua arrecadação diminuída na mesma proporção do aumento de arrecadação do mercado nacional. Nesse sentido, é curioso verificar uma exótica contradição. Se um dos critérios para receber transferências da União é a da eficiência fiscal (desempenho superior à média dos demais Estados) seria preferível substituir o mercado nacional pelo internacional. Essa visão pouco nacionalista, mas profundamente paranista, provocaria uma queda de arrecadação dos demais estados, enquanto que os créditos nas compras paranaense seriam anulados pelo pagamento na importação. O resultado final seria favorável ao Paraná. (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996).

Assim esse estudo considerava que o Paraná poderia hipoteticamente atingir as seguintes perdas de ICMS decorrentes da lei Kandir



TABELA 13 - PARANÁ – PERDAS DE ICMS DECORRENTES DA LC 87/96

HIPÓTESE	PARANÁ				BRASIL	% da Perda Estabelecida PR s/ total BR
	Perda Estimada	% no ICMS do Período Base	Perda Estabelecida	% no ICMS do Período Base	Perda estabelecida	
1) desoneração das exportações	217.097	8,1%	228.561	8,5%	1.500.000	15,2%
2) créditos de máquinas e equipamentos	85.615	3,2%	78.220	2,9%	1.300.000	6,0%
3) créditos de energia de uso e consumo	44.516	1,7%	45.361	1,7%	800.00	5,7%
SUBTOTAL96/97	347.228	12,9%	352.141	12,7%	3.600.000	9,8%
4) Créditos de outros bens do ativo e de uso e consumo	130.423	4,8%	42.270	1,6%	800.00	5,3%
TOTAL 1998	477.651	17,7%	394.412	14,6%	4.400.000	9,0%

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996.

O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda analisando o impacto da Lei Complementar 87/96, Lei Kandir, observa que a referida Lei estabeleceu para o Estado Paranaense “R\$ 352.141 mil o teto de perdas decorrentes da desoneração das exportações e da apropriação de créditos do ICMS incidente nas aquisições de bens do ativo permanente e energia elétrica.” (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996).

TABELA 14 – ESTIMATIVA DE PERDAS ANTES E DEPOIS DA LC 87/96 – EM R\$ MIL

Bases Contributivas	Perda Estabelecida no Anexo da LC			Perda Estimada para 1997	% no ICMS de 1997
	A preços de jul/95 a jun/96	A preços de 1997	% no ICMS de jul/95 a jun/96		
1) desoneração das exportações	228.561	257.888	8,5%	335.606	11,7%
2) créditos bens do ativo imobilizado	78.220	88.257	2,9%	104.331	3,6%

3) créditos de energia elétrica	45.361	51.181	1,7%	18.849	0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>352.141</b>	<b>397.326</b>	<b>13,1%</b>	<b>458.786</b>	<b>15,9%</b>

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996.

Para o estudo em questão, "tais perdas representam 13,1% do ICMS recolhido no mesmo período de referência das estimativas (jul/95 a jun/96)" (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996).

Segundo a Lei Kandir, o limite estabelecido ou teto de denominado Seguro-Receita, que seria "atualizado pelo IGP/DI para preços de 1997, equivalente a R\$ mil 397.326, resultado 13,4% inferior às perdas efetivamente acontecidas e mensuradas para 1997, que atingiram R\$ mil 458.786, o equivalente a 15,9% do ICMS recolhido neste mesmo ano." (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1998, p. 2).

O que leva a considerar que,

Conforme demonstrado no gráfico inicial, apenas parte das perdas foi objeto de ressarcimento por parte do governo federal ao Estado do Paraná em 1997, através do *seguro-receita*, cujo mecanismo permitiu a cobertura de R\$ 288.186 mil, que corresponde a 62,8% das perdas efetivamente acontecidas de R\$ 458.786. Restou, portanto, R\$170.599 mil de perdas não ressarcidas. A parcela ressarcida pelo governo federal diz respeito aos períodos de competência de jan a dez de 1997, para que seja compatível a comparação (o repasse efetivo ocorre 60 dias após o mês do recolhimento do ICMS) o resultado indica que o *seguro-receita* de que trata o Anexo da lei Kandir, mesmo com a inclusão de valores respaldados pela Portaria Interministerial 213/97, tem-se revelado insuficientemente para cobrir as perdas acontecidas naquelas bases contributivas desoneradas pela lei Complementar. (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1998, p. 2).

BARATTO e HENKLEIN analisando o impacto no desempenho do ICMS do Paraná, entendem que "feito o levantamento das perdas é possível verificar os impactos da lei Kandir na arrecadação do ICMS de 1997, de modo a identificar qual poderia ter sido o valor e o desempenho do tributo sem o advento da LC, exercício oportuno, mormente para um ano em que a situação financeira do Estado do Paraná

foi destacada na imprensa e até questionada pelo Tesouro Nacional.” (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1998, p. 2).

A proposição analisada por BARATTO e HENKLEIN pode ser assim visualizada.

TABELA 15 – EFEITO DA LC 87/96 NA ARRECAÇÃO DE ICMS DE 1997 – EM R\$ MIL

Preços/perdas	R\$ mil
1996 a preços de 1997	3.122.637
1997 com perdas da Lei Kandir	2.877.905
1997 sem perdas da Lei Kandir	3.336.691
1997 com ressarcimento da Lei Kandir	3.166.091
Perdas líquidas	458.786
Perdas ressarcidas pelo seguro	288.186
Perdas não ressarcidas	170.599

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1998.

Nota: ICMS inclui cota-parte dos Municípios e “acessórios”

Os autores colocam que,

Uma outra forma de visualizar o hiato entre o recolhimento efetivo e o “potencial” é apresentada na tabela abaixo, que contém o desempenho real (deflator: IGP/DI) do ICMS do Estado em 1997 sobre 1996, e que resultou em uma queda de 7,84%. Mas se à arrecadação de 1997, forem adicionadas as perdas da Lei Kandir para este mesmo ano, o desempenho do tributo passa a ser positivo em 6,85% (um diferencial de 16% entre -7,84% e 6,85%), como se vê, uma *performance* que poderia ter sido altamente satisfatória para o ano em que o PIB/Brasil cresceu apenas 3,1%. Por sua vez, o desempenho do ICMS de 1997 sobre o de 1996, resultante da adição, ao ICMS de 1997, da parcela de perdas ressarcidas para os períodos de competência de jan a dez de 1997, é de um acréscimo de 1,39%, resultado 5,11% inferior ao “potencial”

TABELA 16- VARIAÇÃO DE ICMS DE 1997 SOBRE 1996 – EM %

PERDAS	(%)
Com perdas da LEI Kandir	-7,84
Sem perdas da lei Kandir	6,85
Com ressarcimento da LEI Kandir	1,39

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1998.

Para HENKLEIN e BARATTO, o estudo das perdas para o Estado do Paraná, chegou a 84,5% do teto previsto na Lei Kandir, como demonstra a tabela seguinte,

Tabela 17: DÉBITOS DE ICMS QUE DEIXARAM DE SER GERADOS EM 1997 COM A DESONERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES(1)

Código NCM	Descrição do Produto	Valor das Exportações em 1997 US\$ Mil FOB	Carga Tributária Líquida Vigente Antes da LC – Em %	ICMS com carga Tributária Anterior à LC Em Mil US\$	ICMS com carga Tributária Anterior à LC Em Mil R\$ (3)	ICMS com carga Tributária Anterior à LC Em %
2304.00.90	Farelo de soja	1.174.621	11,05	129.796	139.770	41,65
1201.00.90	Soja grão	819.555	13,00	106.542	114.730	34,19
1507.10.00	Óleo bruto de soja	207.691	8,06	16.740	18.026	5,37
1201.00.10	Sementes de soja	140.089	13,00	18.212	19.611	5,84
0901.11.10	Café grão	82.072	13,00	10.669	11.489	3,42
1507.90.10	Óleo de soja refinado	60.041	8,06	4.839	5.211	1,55
4104.29.00	Couros e peles	66.387	4,03	2.675	2.881	0,86
4407.10.00	Madeiras	60.290	5,98	3.605	3.882	1,16
1005.90.10	Milho em grão	34.523	13,00	4.488	4.833	1,44
	Outros produtos	2.208.763	(2) 0,638	14.088	15.171	4,52
TOTAL	Em US\$	4.854.032	(2) 6,42	311.655		
	Em R\$	5227.064			335.606	100

Fonte dos dados de exportações: SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA IND., COM. E TURISMO.

(1) Cálculo do ICMS com a mesma fonte de dados e metodologia utilizada para os valores constantes no Anexo da Lei Kandir;

(2) carga tributária média ponderada das exportações do Paraná em 1997 com o regime tributário vigente antes da LC 87/96;

(3) utilizado dólar médio mensal em 1997 de 1,07685 R\$/US\$ (valor de compra).

Assim, segundo os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda a concentração de perdas de ICMS com a desoneração das exportações, com apenas dois produtos correspondem a 45,8%, conforme tabela abaixo.

Tabela 18 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NAS PERDAS DE ICMS EM 1997 COM A DESONERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

PRODUTOS	(%)
Farelo de soja	41,6
Soja grão	34,2
Óleo bruto de soja	5,4
Sementes de soja	5,8
Café grão	3,4
Óleo de soja refinado	1,6
Couros e peles	0,86
Madeiras	1,2
Milho em grão	1,4
Outros produtos	4,5

E nessa mesma análise,

Outras perdas dizem respeito à apropriação de créditos do ICMS incidente nas aquisições de bens do ativo permanente e de energia elétrica, apuradas para 1997, respectivamente, em R\$ mil 104.331 e R\$ mil 18.849, sendo que tratam-se das perdas líquidas, pois foram deduzidos os créditos que a legislação já permitia utilizar. A perda com o ativo permanente revelou-se 18% acima da estabelecida na LC enquanto que a com a energia elétrica resultou 63% menor, em que pese ela ser significativamente inferior as demais. (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 1996)

Em 1999, a comissão de estudos e revisão da lei Complementar 87/96 – Lei

Kandir, onde o Secretário de Fazenda do Paraná fazia parte, considera que,

O modelo tributário instituído pela LC 87/96 provocou grave impacto no montante de receitas, inclusive com perdas desigualmente entre as Unidades Federadas;

Não houve incremento global das exportações com a desoneração do ICMS, mas apenas a migração das exportações de produtos semi-elaborados e industrializados para a de produtos primários, em prejuízo do País, incentivando a exportação de matérias-primas “in natura” e desincentivando a adição de valor agregado e em consequência aumentando o desemprego;

A utilização do IGP/DI para a atualização da parcela relativa às exportações, contida no Valor Previsto de Entrega – VPE, não repõe adequadamente as perdas pós-desvalorização cambial de janeiro/99;

É necessário estabelecer mecanismo permanente de cobertura das perdas efetivas;(BRASÍLIA, 1999)

A referida comissão de estudos também considerou,

**TABELA 19- A ESTIMATIVA DE IMPACTO DAS ALTERAÇÕES – EM R\$ MIL A PREÇOS MÉDIOS DE 2000.**

ALTERAÇÕES NA LC 87/96	2000	2001	2002	2003
1) Ganho (fluxo de Caixa) com parcelamento Créditos do Ativo		135.902	90.601	45.301
2) Ganho com suspensão (até 31/12/2002) créditos serv comunicação		18.566	18.566	0
3) Ganho com suspensão (até 31/12/2002) dos créditos da energia elétrica do comércio e outr. Serviços (menos a utilizada na export.)		26.605	26.605	0
4) troca do <i>Seguro-Receita</i> Por Fundo (4.1 –4.2	(13.750)	78.585	119.669	
4.1 <i>Seguro-Receita</i> Previsto	371.705	389.436	343.481	0
4.2 Fundo Previsto	371.705	389.436	343.481	0
5) total(1+2+3+4)	(13.750)	259.658	255.441	45.301

FONTE: COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 1999.

Em 2002, o então Governador do Estado do Paraná em correspondência ao Coordenador de Equipe de Transição Governamental do Presidente Luis Inácio Lula da Silva analisa que

Os estados que mais perdem a LC 87/96 são os de base agrícola-exportadora e em fase de industrialização. Perdem parte considerável de sua base tributável, ao mesmo tempo que suportam créditos de ICMS dos bens de capital adquiridos nos estados mais industrializados. O Paraná, a exemplo de outros estados exportadores, tinha na arrecadação de ICMS incidente sobre saídas para o exterior uma proteção cambial (*hedge*) para o serviço da dívida externa. Com as desvalorizações cambiais o serviço da dívida externa aumentava mas também aumentava a arrecadação do ICMS, permitindo a obtenção de equilíbrio fiscal.

Depois da LC 87/96 o Paraná passou a empreender um grande esforço para alterar e diversificar a base produtiva de sua economia, processo que uma vez consolidado e tendo gerado os efeitos multiplicadores na arrecadação do ICMS, permitirá ao estado prescindir do ressarcimento das perdas da LC 87/96. A mudança na base produtiva da economia já pode ser visualizada nos indicadores de exportações. O Paraná participava com menos de 6% das exportações do Total Brasil no início da década de 90 e em 2001 essa participação foi de 9,1%. Não apenas os volumes e valores exportados aumentam como também ocorre uma profunda diversificação na pauta de exportação. A participação dos produtos básicos,

que era de 55,4% do total exportado no início da década de 90, foi de 42,9% em 2001, em contrapartida a um aumento de 33,1% para 45,4% na exportação de manufaturados, no mesmo período de referência. Em 2001, o item automóveis foi responsável por 14,5% das exportações do estado.

Assim, ainda que os efeitos multiplicadores na economia interna não possam ser negados, todo esse esforço gerador de divisas que resulta em sinais positivos para a economia paranaense não contribuiu proporcionalmente para diminuir as dificuldades financeiras do Estado, em virtude de que a integridade de que a integralidade das exportações estão desoneradas de tributação de ICMS. (LERNER, 2002)

Para comprovar a análise apresentada, o então Governador Jaime Lerner, apresenta os seguintes dados:

TABELA 20 - PERDAS DECORRENTES DA LC 87/96, 102/00 E CONVÊNIO 01/00(1) E RESSARCIMENTO DA UNIÃO - R\$ MIL CORRENTES

PERDAS	1996(2)	1997	1998	1999	2000(3)	2001(4)	2002(5)
ICMS Desonerado nas Export.	----	385.690	334.690	375.230	395.503	515.513	---
Créditos de ICMS Concedidos Por Compras de :							
Bens do Ativo Imobilizado	---	104.330	148.940	227.616	182.967	111.612	---
Energia elétrica	---	17.410	27.760	24.133	27.457	-	-
Serv. De comunicação	---	---	---	16.841	19.160	-	-
Redução de 20% na base de cálculo ICMS bens de Capital	-	-	-	-	3.570	9.499	---
1) total de perdas Efetivas	---	507.430	511.390	643.820	628.656	636.624	
2) compensação da União (6): seguro-Receita Fundo Orçamentário	70.508	244.676	357.691	339.439	389.655	361.105	398.526
3) perdas não Compensadas	---	262.751	153.699	304.381	239.002	275.519	---

Fontes: SEFA/PR E CONFAZ/COTEPE/ICMS.

- (1) a adoção do convênio 01/00 integrou as negociações com o Governo Federal/MDIC para a aprovação da LC 102/00
  - (2) as perdas passaram a ocorrer a partir de out./96 mas não foi possível calculá-las para out. a dez./96 separadamente;
  - (3) a redução adicional de 20% na base de cálculo de bens de capital passou a vigorar em ago/00. O cálculo do ICMS Desonerado nas saídas para o exterior refere-se ao período de nov./99 a out./00.
  - (4) Trata-se do período de st./00 a ago./01, o qual foi deliberado pelo CONFAZ para efeito do cálculo dos coeficientes de participação das unidades federadas no Fundo Orçamentário de que trata a LC 102/00
  - (5) Recursos já definidos na LC 102/00;
  - (6) Parcela do Estado + Parcela dos Municípios do Paraná(regime de caixa);
- = informação não disponível; - + não ocorreu perda no período.

O impacto da Lei Kandir atinge também a iniciativa privada, como observa

WOSH, sobre a dinâmica das exportações paranaenses nos anos recentes,

Com relação à comparação do grupo soja, vale citar a alteração ocorrida a partir de 1997, em que a participação do farelo decaiu por conta do avanço dos embarques de grãos motivada pela vigência da Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 13/09/96). O referido dispositivo isentou recolhimento do ICMS todos os produtos destinados à exportação, incluindo os bens básicos e semimanufaturados, até então tributados. Com essa medida foram eliminados os diferenciais tributários, cabendo maior vantagem à soja em grão-produto sobre o qual incidia alíquota mais elevada, o que fomentou incrementos substanciais nos embarques de produtos ao exterior propiciando novo perfil ao grupo. Efetivamente os reflexos ficam evidentes na medida em que a relação farelo/soja em grão na composição do grupo passou de 3,04 (1990-1996) para 1,03 toneladas embarcadas (1997-2002). (WOSH, 2003 p. 11).

Especificamente sobre a questão soja o próprio governo federal e estadual também realizara estudo relativo à exportação e seus impactos tributários, onde identificara como preocupação.

- Enfraquecimento da indústria nacional, cuja capacidade ociosa saltou de 7% para 40% no período posterior à Lei Complementar 87/96.
- Expressivo crescimento da produção e da exportação de soja em grãos,
- Redução da partida do óleo e do farelo nas exportações (perda relativa de mercado externo), entre outras. (RELATÓRIO GRUPO TRABALHO CONSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 289, DE 4, DE OUTUBRO DE 2001, p.03).

No mesmo estudo anteriormente mencionado aponta que,

A desoneração das exportações do complexo soja exerceu forte estímulo para a produção voltada para a exportação de grãos. Desse modo, verificou-se a tendência de maior participação das indústrias, particularmente as multinacionais, na exportação de soja em grão. Esse comportamento é resultante tanto das condições de demanda externa, mais favoráveis para a soja em grão, quanto de fatores internos- incidência do ICMS interestadual à alíquota de 12% e alíquota zero para a exportação do complexo de soja. A estrutura tributária vigente, além de desestimular o comércio interestadual, propicia o acúmulo de créditos tributários, afetando as indústrias já instaladas e, destarte, registrando-se situações de ociosidade e desativação de unidades produtivas. (RELATÓRIO GRUPO TRABALHO CONSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 289, DE 4, DE OUTUBRO DE 2001, p. 05).



Sobre esta mesma questão, em julho de 2000, o Jornal Gazeta do Povo aborda sobre o fim das atividades da fábrica de óleo Cargill em Ponta Grossa.

A Cargill suspendeu temporariamente os serviços das fabricas de óleo vegetal que mantém em Ponta Grossa desde 1976. a unidade uma das maiores da região, responsável pela moagem de 50 mil a 60 mil toneladas de soja por me, vai ficar parada até dia 31 de julho.

As férias coletivas, que normalmente liberam 105 funcionários da unidade em janeiro, foram antecipadas em seis meses. O diretor do complexo de Soja da Cargill, José Luiz Glaser, afirma que a medida foi tomada para evitar um prejuízo de U\$350mil. Ele revela que a fabrica pode ser fechada ainda esse ano.

#### Crise

Perto de 75% do peso da soja é transformado em farelo e a procura por este produto caiu devido à redução no preço do frango, lamenta Glaser. "Além disso, nossa margem de lucro está muito ruim."ele acredita que, se a fabrica continuar atuando terá uma demanda maior em janeiro.

Outro motivo para a antecipação das férias, que pode levar a empresa à suspensão definitiva da moagem da soja no Paraná, é o que gera o acumulo de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ( ICMS) a compensar. A empresa paga o ICMS na compra do soja, mas não pode descontar a margem prevista por lei na exportação do óleo vegetal. " De nada adianta ficar com 12% do valor da soja acumulados em nossos livros", reclama Glaser.

#### Indústria

O mercado está exportando boa parte da soja que era industrializada e gerava empregos no Paraná. " Metade de todo o farelo e do óleo que exportávamos ia para a China, que hoje possui suas próprias industrias", relata Glaser. Ele acredita que outras empresas do mesmo ramo da Cargill também vão suspender suas atividades a médio prazo.(Jornal Gazeta do Povo, julho de 2000).

No mesmo jornal abordando sobre o comportamento do mercado agroindustrial paranaense destaca,

Três beneficiadoras de soja que estão entre as maiores do Paraná paralisaram suas atividades por 30 dias alegando prejuízo. A Cargill, a Ceval e a Olivepar voltam a produzir óleo de soja e farelo apenas em agosto. Juntas, essas empresas são responsáveis por cerca de 75% do processamento de soja de Ponta Grossa, que chega a 7,7 mil toneladas por dia.

Por enquanto, as industrias não anunciaram demissões. A Cargill resolveu antecipar em seis meses as férias coletivas de 105 funcionários, normalmente concedidas em janeiro.a Olivepar concedeu licença remunerada aos 80 empregados, enquanto a Ceval teria posto em outras tarefas cerca de 100 trabalhadores da área de produção.

O diretor de complexos de soja da Cargill, José Luiz Glaser, revela que a possibilidade de a unidade de Ponta Grossa ser fechada depende do comportamento do mercado durante este ano. Segundo Glaser, a paralisação até 1º de agosto pode evitar prejuízos de aproximadamente R\$ 630 mil.

De acordo com o porta voz da Ceval, Herculano Martins,, só a fábrica de Ponta Grossa deixou de processar três mil toneladas de soja por dia. A Coimbra, que fechou uma fábrica na região de Londrina há menos de um mês e está entre as três maiores processadoras de Ponta Grossa, não adotou a paralisação temporária. A unidade de Ponta Grossa continua processando cerca de duas mil toneladas de soja por dia.

Queda na produção pode chegar a 9%.

A Associação das Indústrias Brasileiras de Óleo Vegetal prevê redução de 9 % no processamento de soja em julho. No mesmo período de 99, foram industrializados 2.04 milhões de toneladas. Além do Paraná, indústrias do setor no resto do país também estariam reduzindo as atividades.

O presidente da entidade, César Borges de Souza, afirma que a paralisação não tem o objetivo de pressionar o governo federal a rever a política tributária que incentiva a exportação de grãos. As empresas querem cortar prejuízos e evitar o fechamento da fábrica argumenta. Os empresários reclamam que não estão conseguindo compensar o ICMS. A indústria recolhe o ICMS na compra da soja mas não pode descontar a margem prevista em lei na exportação do óleo vegetal. (GAZETA DO POVO, JULHO DE 2000).

Tal comportamento econômico apresenta reflexos na sociedade como um todo e até com resultados desfavoráveis, como demonstra o estudo do IPARDES, Paraná Diagnóstico Social e Econômico.

(...) no Paraná, apenas 36% da população vive em municípios com índices de alto desenvolvimento. Nos demais estados essa proporção é superior a 60%, sendo que em Santa Catarina e São Paulo atinge 72%.

Os índices revelam também expressiva concentração da pobreza nas áreas rurais onde são especificamente significativos os elevados percentuais de população dos grupos mais vulneráveis, as crianças e idosos(...).

Na composição do IDH-M dos municípios do Estado verifica-se que a variável renda foi a que mais pesou nos resultados desfavoráveis obtidos. Essa variável mensura todos os rendimentos obtidos pelas famílias, indicando a fragilidade presente na economia paranaense(..).

A economia paranaense foi capaz de crescer acima da economia nacional e, assim, manter sua posição relativa no PIB do país(...).

A indústria paranaense passou por um redimensionamento, com aumento da capacidade instalada associada a investimentos nos segmentos madeira, carne e automobilístico, bem como as inversões destinadas ao incremento das relações intra-industriais(...) No entanto, esse crescimento não foi capaz de gerar empregos na proporção exigida pelo crescimento populacional. Como consequência, o maior crescimento relativo para a população economicamente ativa foi a dos desempregados.(IPARDES, DIAGNÓSTICO SOCIAL E ECONÔMICO, 2003, P. 90-91).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo em conclusão teve por objetivo, analisar se a Lei Kandir favoreceu ou prejudicou a arrecadação do ICMS no Estado do Paraná.

O que nos diz os dados documentais sobre o efeito econômico gerado pela Lei Kandir no Estado do Paraná?

O panorama apresentado pelos dados, tem reflexo além das perdas líquidas de arrecadação decorrentes da vigência da Lei Kandir.

Durante o período da investigação, buscamos compreender e encontrar respostas que elucidassem o problema proposto a partir do que técnicos, governantes, empresários e estudiosos econômicos e sociais, se empenharam em interpretar, definir e conceituar, e pelo estudo exploratório entendeu-se que não houve compensação, a arrecadação não se equilibrou, o ICMS em quantidade evoluiu, mas não em relação a riqueza gerada. E a proposta de solução para o problema pesquisado seria buscar outra forma de compensação, onde a exemplo a tributação da energia ocorreria na origem e não no destino.

As constatações encontradas, impulsionou-nos a não tecer considerações verdades, mas obriga-nos a reflexão:

- a) Os dados nos alertam sobre a importância de buscar compreender mais sobre a diversidade integrante na área econômica;
- b) O problema proposto, ao investigá-lo, nos alerta também sobre a necessidade de mais produção científica sobre o tema, hoje restrito quase que totalmente a área pública governamental.

c) Como profissionais da área da receita fazendária, estamos cientes que estes resultados embora em nível exploratório, possui valor teórico como um indicador para a compreensão do impacto do ICMS no Estado do Paraná.

Concluindo este trabalho, queremos focar sobre a importância do Curso de Especialização em Auditoria Integral, onde a sua especificidade na estratégia metodológica oportunizou pensar determinado problema através de distintas linhas, sem perder a especificidade, oportunizando formação e enriquecimento teórico e profissional.

Estudar a questão do impacto da Lei Kandir na arrecadação do ICMS do Paraná, o qual nos levou a busca de maior conhecimento e informação sobre a história do Paraná, da exportação paranaense, chegando a necessidade de se compreender mais sobre a vocação e desempenho da sociedade envolvente, encontrando o econômico e o homem dinamizador dessa economia, como substancial à intervenção profissional

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa Edições. 1977.

**BRASIL.CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988 370 p.

**BRASÍLIA**, Lei Complementar nº 87. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 de setembro de 1996;

**BRASÍLIA**, Lei Complementar nº 102. Altera dispositivos da Lei Complementar 87 de 13 de setembro de 1996. Diário Oficial da União 01 de julho de 2000;

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CLEMENTE, Ademir. **Economia e desenvolvimento Regional**. São Paulo : Atlas, 2000, 260p.

FILHO, Francisco Magalhães. À guisa de apresentação. IN Revista Paranaense de Desenvolvimento/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e social. Nº 82, Curitiba : IPARDES, 1994, 197p.

\_\_\_\_\_. Evolução Histórica da Economia Paranaense. IN Revista Paranaense de Desenvolvimento/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e social. Nº 82, Curitiba : IPARDES, 1994, 197p.

GAZETA DO POVO, JULHO DE 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo : Atlas, 1994, 207p.

HYBNER, Bruno Reinoso e Parnoff, Cleber. Exportações paranaense à China no Período de 1996-2002: breve análise. IN, revista análise Conjuntural, v25, n. 5-6, p. 21, maio/Jun., 2003.

LEÃO, Igor Z. C. Carneiro. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba, IPARDES, CONCITEC, 1989, 98p.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A Economia Paranaense em Tempos de Globalização**. Curitiba : Ed. do Autor, 2003,174p.

\_\_\_\_\_. **A Economia Paranaense nos anos 90**: um modelo de interpretação, Curitiba : Ed. do Autor, 2000, 99p.

\_\_\_\_\_. A Rota da Economia Brasileira. IN, revista análise Conjuntural, v25, n. 5-6, p. 21, maio/Jun., 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. Um instigante desafio. In Cadernos NEPI. Seminário sobre Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Programa de Estudo Pós-Graduação em Serviço Social. São Paulo: 2ª Edição renovada, PUC, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_, (orgs). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 6ª edição, Petrópolis : Editora Vozes, 1996, 80p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica** : projetos de pesquisa, TGI, TCC, dissertações e teses. São Paulo : Pioneira, 1997, 320p.

**PARANÁ**, Lei 11.580. Dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS. Diário Oficial do Estado nº 4.885: 14 de novembro, 1996,p. 1-11;

**PARANÁ**, Decreto 2.736. Regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS. Diário Oficial do Estado nº 4.899: 05 de dezembro, 1996, p. 1-104;

**PARANÁ**, Decreto 5.141. Regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS. Diário Oficial do Estado nº 6.131: 13, dezembro, 2001, p. 6-139.

SALOMAN, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 9ª ed. ver. São Paulo : Martins Fontes, 1999, 412p.

SAMPIERE, R. H. Fernandes Colaado, CY Baptista, P. **Metodologia de la investigacion**. México : ed MC. Graw – Hill, 1998.

SELTIZ e Outros. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 5ª ed/ tradução Dante Moreira Liete. São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª ed. ver. e ampl. São Paulo : Cortez, 2000,279 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo : Atlas, 1987.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**. Biblioteca Central. Normas para Apresentação de Trabalhos. 6ª Edição. Curitiba : UFPR, 1996.

Wosh, Luiz Fernando Oliveira. **Análise conjuntural**. V 25, n.5-6, p1, maio/jun, 2003.

## **6. ANEXOS**

## **ANEXO I - Lei Complementar 87/96**



# **LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996**

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

## **O PRESIDENTE DA REPUBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

**Art. 2º.** O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

§ 1º. O imposto incide também:

I - sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;

*Nova redação dada ao inciso I pelo art. 1º, da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002.*

*"I - sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;"*

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.

§ 2º. A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.

**Art. 3º.** O imposto não incide sobre:

I - operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;

II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;

III - operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;

IV - operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

V - operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar;

VI - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;

VII - operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;

VIII - operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário;

IX - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.

Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:

I - empresa comercial exportadora, inclusive *tradings* ou outro estabelecimento da mesma empresa;

II - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

**Art. 4º.** Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial:

I - importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade;

*Nova redação dada ao par. único e inciso I pelo art. 1º, da Lei Complementar nº 114, de*

16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002:*

*"Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade:*

*I - importe mercadorias do exterior, ainda que as destine a consumo ou ao ativo permanente do estabelecimento;"*

**II - seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;**

**III - adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados;**

*Nova redação dada ao inciso III pelo art. 1º, da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002.*

*"III - adquira em licitação de mercadorias apreendidas ou abandonadas;"*

**IV – adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.**

*Nova redação dada ao inciso IV pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo seus efeitos a partir de 1º.08.2000.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000:*

*"IV - adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização."*

**Art. 5º.** Lei poderá atribuir a terceiros a responsabilidade pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos pelo contribuinte ou responsável, quando os atos ou omissões daqueles concorrerem para o não recolhimento do tributo.

**Art. 6º.** Lei estadual poderá atribuir a contribuinte do imposto ou a depositário a qualquer título a responsabilidade pelo seu pagamento, hipótese em que assumirá a condição de substituto tributário.

*Nova redação dada ao "caput" do art. pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002.*

*"Art. 6º. Lei estadual poderá atribuir a contribuinte do imposto ou a depositário a qualquer título a responsabilidade pelo seu pagamento, hipótese em que o contribuinte assumirá a condição de substituto tributário."*

**§ 1º.** A responsabilidade poderá ser atribuída em relação ao imposto

incidente sobre uma ou mais operações ou prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subseqüentes, inclusive ao valor decorrente da diferença entre alíquotas interna e interestadual nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, que seja contribuinte do imposto.

§ 2º A atribuição de responsabilidade dar-se-á em relação a mercadorias, bens ou serviços previstos em lei de cada Estado.

*Nova redação dada ao § 2º pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002.*

*"§ 2º. A atribuição de responsabilidade dar-se-á em relação a mercadorias ou serviços previstos em lei de cada Estado."*

**Art. 7º.** Para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se, também, como fato gerador do imposto, a entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado.

**Art. 8º.** A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será:

I - em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído;

II - em relação às operações ou prestações subseqüentes, obtida pelo somatório das parcelas seguintes:

a) o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário;

b) o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço;

c) a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subseqüentes.

§ 1º. Na hipótese de responsabilidade tributária em relação às operações ou prestações antecedentes, o imposto devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável, quando:

I - da entrada ou recebimento da mercadoria, do bem ou do serviço;

*Nova redação dada ao inciso I pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002.*

*"I - da entrada ou recebimento da mercadoria ou do serviço;"*

II - da saída subsequente por ele promovida, ainda que isenta ou não tributada;

III - ocorrer qualquer saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do imposto.

§ 2º. Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.

§ 3º. Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, poderá a lei estabelecer como base de cálculo este preço.

§ 4º. A margem a que se refere a alínea c do inciso II do *caput* será estabelecida com base em preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, devendo os critérios para sua fixação ser previstos em lei.

§ 5º. O imposto a ser pago por substituição tributária, na hipótese do inciso II do *caput*, corresponderá à diferença entre o valor resultante da aplicação da alíquota prevista para as operações ou prestações internas do Estado de destino sobre a respectiva base de cálculo e o valor do imposto devido pela operação ou prestação própria do substituto.

§ 6º Em substituição ao disposto no inciso II do *caput*, a base de cálculo em relação às operações ou prestações subsequentes poderá ser o preço a consumidor final usualmente praticado no mercado considerado, relativamente ao serviço, à mercadoria ou sua similar, em condições de livre concorrência, adotando-se para sua apuração as regras estabelecidas no § 4º deste artigo.

*O § 6º foi acrescentado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

**Art. 9º.** A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.

§ 1º. A responsabilidade a que se refere o art. 6º poderá ser atribuída:

I - ao contribuinte que realizar operação interestadual com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, em relação às operações subseqüentes;

II - às empresas geradoras ou distribuidoras de energia elétrica, nas operações internas e interestaduais, na condição de contribuinte ou de substituto tributário, pelo pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a última operação, sendo seu cálculo efetuado sobre o preço praticado na operação final, assegurado seu recolhimento ao Estado onde deva ocorrer essa operação.

§ 2º. Nas operações interestaduais com as mercadorias de que tratam os incisos I e II do parágrafo anterior, que tenham como destinatário consumidor final, o imposto incidente na operação será devido ao Estado onde estiver localizado o adquirente e será pago pelo remetente.

**Art. 10.** É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

§ 1º. Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.

§ 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecurável, o contribuinte substituído, no prazo de quinze dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

**Art. 11.** O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

a) o do estabelecimento onde se encontre, no momento da ocorrência do fato gerador;

b) onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;

c) o do estabelecimento que transfira a propriedade, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País e que por ele não tenha transitado;

d) importado do exterior, o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física;

e) importado do exterior, o do domicílio do adquirente, quando não estabelecido;

f ) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados;

*Nova redação dada à alínea "f" pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002.*

*"f) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria importada do exterior e apreendida;"*

g) o do Estado onde estiver localizado o adquirente, inclusive consumidor final, nas operações interestaduais com energia elétrica e petróleo, lubrificantes e combustíveis dele derivados, quando não destinados à industrialização ou à comercialização;

h) o do Estado de onde o ouro tenha sido extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial;

i) o de desembarque do produto, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos;



II - tratando-se de prestação de serviço de transporte:

a) onde tenha início a prestação;

b) onde se encontre o transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso XIII do art. 12 e para os efeitos do § 3º do art. 13;

III - tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação:

a) o da prestação do serviço de radiodifusão sonora e de som e imagem, assim entendido o da geração, emissão, transmissão e retransmissão, repetição, ampliação e recepção;

b) o do estabelecimento da concessionária ou da permissionária que forneça ficha, cartão, ou assemelhados com que o serviço é pago;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese e para os efeitos do inciso XIII do art. 12;

c-1) o do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, quando prestado por meio de satélite;

*A alínea "c-1" foi acrescentada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo efeitos a partir de 1º.08.2000.*

d) onde seja cobrado o serviço, nos demais casos;

IV - tratando-se de serviços prestados ou iniciados no exterior, o do estabelecimento ou do domicílio do destinatário.

§ 1º. O disposto na alínea c do inciso I não se aplica às mercadorias recebidas em regime de depósito de contribuinte de Estado que não o do depositário.

§ 2º. Para os efeitos da alínea f do inciso I, o ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, deve ter sua origem identificada.

§ 3º. Para efeito desta Lei Complementar, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias, observado, ainda, o seguinte:

I - na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação;

II - é autônomo cada estabelecimento do mesmo titular;

III - considera-se também estabelecimento autônomo o veículo usado no comércio ambulante e na captura de pescado;

IV - respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

§ 4º. Vetado.

§ 5º. Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no mesmo Estado, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

§ 6º. Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, tratando-se de serviços não medidos, que envolvam localidades situadas em diferentes unidades da Federação e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, o imposto devido será recolhido em partes iguais para as unidades da Federação onde estiverem localizados o prestador e o tomador.

*O § 6º foi acrescentado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo efeitos a partir de 1º.08.2000.*

**Art. 12.** Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

I - da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular;

II - do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por

qualquer estabelecimento;

III - da transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, no Estado do transmitente;

IV - da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente;

V - do início da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza;

VI - do ato final do transporte iniciado no exterior;

VII - das prestações onerosas de serviços de comunicação, feita por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

VIII - do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços:

a) não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

b) compreendidos na competência tributária dos Municípios e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido na lei complementar aplicável;

IX - do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior;

*Nova redação dada ao inciso IX pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002.*

*"IX - do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas do exterior;"*

X - do recebimento, pelo destinatário, de serviço prestado no exterior;

XI - da aquisição em licitação pública de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados;

*Nova redação dada ao inciso XI pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002.*

*"XI - da aquisição em licitação pública de mercadorias importadas do exterior apreendidas ou abandonadas;"*

XII – da entrada no território do Estado de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização;

*Nova redação dada ao inciso XII pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo seus efeitos a partir de 1º.08.2000.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000:*

*"XII - da entrada no território do Estado de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização;"*

XIII - da utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente.

§ 1º. Na hipótese do inciso VII, quando o serviço for prestado mediante pagamento em ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto quando do fornecimento desses instrumentos ao usuário.

§ 2º. Na hipótese do inciso IX, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, de mercadoria ou bem importados do exterior deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, que somente se fará mediante a exibição do comprovante de pagamento do imposto incidente no ato do despacho aduaneiro, salvo disposição em contrário.

§ 3º Na hipótese de entrega de mercadoria ou bem importados do exterior antes do desembaraço aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador neste momento, devendo a autoridade responsável, salvo disposição em contrário, exigir a comprovação do pagamento do imposto.

*O § 3º foi acrescentado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

### **Art. 13.** A base de cálculo do imposto é:

I - na saída de mercadoria prevista nos incisos I, III e IV do art. 12, o valor da operação;

II - na hipótese do inciso II do art. 12, o valor da operação, compreendendo mercadoria e serviço;

III - na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço;

IV - no fornecimento de que trata o inciso VIII do art. 12:

a) o valor da operação, na hipótese da alínea *a*;

b) o preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada, na hipótese da alínea *b*;

V - na hipótese do inciso IX do art. 12, a soma das seguintes parcelas:

a) o valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação, observado o disposto no art. 14;

b) imposto de importação;

c) imposto sobre produtos industrializados;

d) imposto sobre operações de câmbio;

e) quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras;

*Nova redação dada à alínea "e" pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002.*

*"e) quaisquer despesas aduaneiras;"*

VI - na hipótese do inciso X do art. 12, o valor da prestação do serviço, acrescido, se for o caso, de todos os encargos relacionados com a sua utilização;

VII - no caso do inciso XI do art. 12, o valor da operação acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente;

VIII - na hipótese do inciso XII do art. 12, o valor da operação de que decorrer a entrada;

IX - na hipótese do inciso XIII do art. 12, o valor da prestação no Estado de origem.

§ 1º Integra a base de cálculo do imposto, inclusive na hipótese do inciso V do caput deste artigo:

*Nova redação dada ao "caput" do §1º pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 16.12.2002.*

*"§ 1º. Integra a base de cálculo do imposto."*

I - o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle;

II - o valor correspondente a:

a) seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição;

b) frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.

§ 2º. Não integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.

§ 3º. No caso do inciso IX, o imposto a pagar será o valor resultante da aplicação do percentual equivalente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sobre o valor ali previsto.

§ 4º. Na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo do imposto é:

I - o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

II - o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento;

III - tratando-se de mercadorias não industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

§ 5º. Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

**Art. 14.** O preço de importação expresso em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do imposto de importação, sem qualquer acréscimo ou devolução posterior se houver variação da taxa de câmbio até o pagamento efetivo do preço.

Parágrafo único. O valor fixado pela autoridade aduaneira para base de cálculo do imposto de importação, nos termos da lei aplicável, substituirá o preço declarado.

**Art. 15.** Na falta do valor a que se referem os incisos I e VIII do art. 13, a base de cálculo do imposto é:

I - o preço corrente da mercadoria, ou de seu similar, no mercado atacadista do local da operação ou, na sua falta, no mercado atacadista regional, caso o remetente seja produtor, extrator ou gerador, inclusive de energia;

II - o preço FOB estabelecimento industrial à vista, caso o remetente seja industrial;

III - o preço FOB estabelecimento comercial à vista, na venda a outros comerciantes ou industriais, caso o remetente seja comerciante.

§ 1º. Para aplicação dos incisos II e III do *capui*, adotar-se-á sucessivamente:

I - o preço efetivamente cobrado pelo estabelecimento remetente na operação mais recente;

II - caso o remetente não tenha efetuado venda de mercadoria, o preço corrente da mercadoria ou de seu similar no mercado atacadista do local da operação ou, na falta deste, no mercado atacadista regional.

§ 2º. Na hipótese do inciso III do *capui*, se o estabelecimento remetente não

efetue vendas a outros comerciantes ou industriais ou, em qualquer caso, se não houver mercadoria similar, a base de cálculo será equivalente a setenta e cinco por cento do preço de venda corrente no varejo.

**Art. 16.** Nas prestações sem preço determinado, a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço, no local da prestação.

**Art. 17.** Quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria.

Parágrafo único. Considerar-se-ão interdependentes duas empresas quando:

I - uma delas, por si, seus sócios ou acionistas, e respectivos cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de cinquenta por cento do capital da outra;

II - uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor, ou sócio com funções de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação;

III - uma delas locar ou transferir a outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias.

**Art. 18.** Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de mercadorias, bens, serviços ou direitos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

**Art. 19.** O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado.



**Art. 20.** Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

§ 1º. Não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.

§ 2º. Salvo prova em contrário, presumem-se alheios à atividade do estabelecimento os veículos de transporte pessoal.

§ 3º. É vedado o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita:

I - para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se tratar-se de saída para o exterior;

II - para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente não forem tributadas ou estiverem isentas do imposto, exceto as destinadas ao exterior.

§ 4º. Deliberação dos Estados, na forma do art. 28, poderá dispor que não se aplique, no todo ou em parte, a vedação prevista no parágrafo anterior.

§ 5º Para efeito do disposto no caput deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado:

I – a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

II – em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de

saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;

III – para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será o obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;

IV – o quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, pro rata die, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;

V – na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;

VI – serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no art. 19, em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar, para aplicação do disposto nos incisos I a V deste parágrafo; e

VII – ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

*Nova redação dada ao § 5º pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo seus efeitos a partir de 1º.08.2000.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000:*

*"§ 5º. Além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no anterior, os créditos resultantes de operações de que decorra entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente serão objeto de outro lançamento, em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar, para aplicação do disposto no art. 21, §§ 5º, 6º e 7º."*

§ 6º. Operações tributadas, posteriores a saídas de que trata o § 3º, dão ao estabelecimento que as praticar direito a creditar-se do imposto cobrado nas operações anteriores às isentas ou não tributadas sempre que a saída isenta ou não tributada seja relativa a:

I - produtos agropecuários;

II - quando autorizado em lei estadual, outras mercadorias.

**Art. 21.** O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se

tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

I - for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço;

II - for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto;

III - vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento;

IV - vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

§ 1º. Devem ser também estornados os créditos referentes a bens do ativo permanente alienados antes de decorrido o prazo de cinco anos contado da data da sua aquisição, hipótese em que o estorno será de vinte por cento por ano ou fração que faltar para completar o quinquênio.

§ 2º. Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior.

§ 3º. O não creditamento ou o estorno a que se referem o § 3º do art. 20 e o *caput* deste artigo, não impedem a utilização dos mesmos créditos em operações posteriores, sujeitas ao imposto, com a mesma mercadoria.

§ 4º. Em qualquer período de apuração do imposto, se bens do ativo permanente forem utilizados para produção de mercadorias cuja saída resulte de operações isentas ou não tributadas ou para prestação de serviços isentos ou não tributados, haverá estorno dos créditos escriturados conforme o § 5º do art. 20.

§ 5º. Em cada período, o montante do estorno previsto no parágrafo anterior será o que se obtiver multiplicando-se o respectivo crédito pelo fator igual a um sessenta avos da relação entre a soma das saídas e prestações isentas e não tributadas e o total das saídas e prestações no mesmo período. Para este efeito, as saídas e prestações com destino ao exterior equiparam-se às tributadas.

§ 6º. O quociente de um sessenta avos será proporcionalmente aumentado

ou diminuído, *pro rata die*, caso o período de apuração for superior ou inferior a um mês.

§ 7º. O montante que resultar da aplicação dos §§ 4º, 5º e 6º deste artigo será lançado no livro próprio como estorno de crédito.

§ 8º. Ao fim do quinto ano contado da data do lançamento a que se refere o § 5º do art. 20, o saldo remanescente do crédito será cancelado de modo a não mais ocasionar estornos.

**Art. 22.** Vetado.

**Art. 23.** O direito de crédito, para efeito de compensação com débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.

Parágrafo único. O direito de utilizar o crédito extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data de emissão do documento.

**Art. 24.** A legislação tributária estadual disporá sobre o período de apuração do imposto. As obrigações consideram-se vencidas na data em que termina o período de apuração e são liquidadas por compensação ou mediante pagamento em dinheiro como disposto neste artigo:

I - as obrigações consideram-se liquidadas por compensação até o montante dos créditos escriturados no mesmo período mais o saldo credor de período ou períodos anteriores, se for o caso;

II - se o montante dos débitos do período superar o dos créditos, a diferença será liquidada dentro do prazo fixado pelo Estado;

III - se o montante dos créditos superar os dos débitos, a diferença será transportada para o período seguinte.

**Art. 25.** Para efeito de aplicação do disposto no art. 24, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos

credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado.

*Nova redação dada ao "caput" do art. 25 pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo seus efeitos a partir de 1º.08.2000.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000:*

*"Art. 25. Para efeito de aplicação do art. 24, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento do sujeito passivo. Para este mesmo efeito, a lei estadual poderá determinar que se leve em conta o conjunto dos débitos e créditos de todos os estabelecimentos do sujeito passivo no Estado."*

§ 1º. Saldos credores acumulados a partir da data de publicação desta Lei Complementar por estabelecimentos que realizem operações e prestações de que tratam o inciso II do art. 3º e seu parágrafo único podem ser, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento:

I - imputados pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II - havendo saldo remanescente, transferidos pelo sujeito passivo a outros contribuintes do mesmo Estado, mediante a emissão pela autoridade competente de documento que reconheça o crédito.

§ 2º. Lei estadual poderá, nos demais casos de saldos credores acumulados a partir da vigência desta Lei Complementar, permitir que:

I - sejam imputados pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II - sejam transferidos, nas condições que definir, a outros contribuintes do mesmo Estado.

**Art. 26.** Em substituição ao regime de apuração mencionado nos arts. 24 e 25, a lei estadual poderá estabelecer:

I - que o cotejo entre créditos e débitos se faça por mercadoria ou serviço dentro de determinado período;

II - que o cotejo entre créditos e débitos se faça por mercadoria ou serviço em cada operação;

III - que, em função do porte ou da atividade do estabelecimento, o imposto seja pago em parcelas periódicas e calculado por estimativa, para um determinado período, assegurado ao sujeito passivo o direito de impugná-la e instaurar processo contraditório.

§ 1º. Na hipótese do inciso III, ao fim do período, será feito o ajuste com base na escrituração regular do contribuinte, que pagará a diferença apurada, se positiva; caso contrário, a diferença será compensada com o pagamento referente ao período ou períodos imediatamente seguintes.

§ 2º. A inclusão de estabelecimento no regime de que trata o inciso III não dispensa o sujeito passivo do cumprimento de obrigações acessórias.

**Art. 27.** Vetado.

**Art. 28.** Vetado.

**Art. 29.** Vetado.

**Art. 30.** Vetado.

**Art. 31.** Nos exercícios financeiros de 2003 a 2006, a União entregará mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os montantes, os critérios, os prazos e as demais condições fixadas no Anexo desta Lei Complementar.

*Nova redação dada ao "caput" do art. 31 pelo art. 1º da Lei Complementar nº 115, de 26.12.2002, produzindo seus efeitos a partir de 1º.01.2003.*

*Redações anteriores.*

*a) original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000:*

*"Art. 31. Até o exercício financeiro de 2.002, inclusive, a União entregará mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os limites, os critérios, os prazos e as demais condições fixados no Anexo desta Lei Complementar, com base no produto da arrecadação estadual efetivamente realizada do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação no período julho de 1995 a junho de 1996, inclusive."*

*b) dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, em vigor no período de 1º.08.2000 a 31.12.2002.*

*"Art. 31. Nos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2002 a União entregará mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os montantes, os critérios, os prazos e as demais condições fixados no Anexo desta Lei Complementar."*

§ 1º Do montante de recursos que couber a cada Estado, a União entregará, diretamente:

*Nova redação dada ao "caput" do § 1º pelo art. 1º da Lei Complementar nº 115, de 26.12.2002, produzindo seus efeitos a partir de 1º.01.2003.*

*Redações anteriores.*

*a) original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000:*

*"§ 1º. Do montante de recursos que couber a cada Estado, a União entregará, diretamente."*

*b) dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, em vigor no período de 1º.08.2000 a 31.12.2002.*

*"§ 1º Nos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2002 e a partir de 1º de janeiro de 2003, do montante de recursos que couber a cada Estado, a União entregará, diretamente."*

I - setenta e cinco por cento ao próprio Estado; e

II - vinte e cinco por cento aos respectivos Municípios, de acordo com os critérios previstos no parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.

§ 2º Para atender ao disposto no **caput**, os recursos do Tesouro Nacional serão provenientes:

*Nova redação dada ao "caput" do § 2º pelo art. 1º da Lei Complementar nº 115, de 26.12.2002, produzindo seus efeitos a partir de 1º.01.2003.*

*Redações anteriores.*

*a) original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000:*

*"§ 2º. Para atender ao disposto no caput, os recursos do Tesouro Nacional serão provenientes."*

*b) dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo seus efeitos a partir de 1º.08.2000.*

*"§ 2º Nos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2002 e a partir de 1º de janeiro de 2003, os recursos do Tesouro Nacional serão provenientes."*

I - da emissão de títulos de sua responsabilidade, ficando autorizada, desde já, a inclusão nas leis orçamentárias anuais de estimativa de receita decorrente dessas emissões, bem como de dotação até os montantes anuais previstos no Anexo, não se aplicando neste caso, desde que atendidas as condições e os limites globais fixados pelo Senado Federal, quaisquer restrições ao acréscimo que acarretará no endividamento da União;

II - de outras fontes de recursos.

§ 3º A entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições

detalhadas no Anexo, especialmente no seu item 3, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga junto à União, bem como para o ressarcimento à União de despesas decorrentes de eventuais garantias honradas de operações de crédito externas. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente.

*Nova redação dada ao § 3º pelo art. 1º da Lei Complementar nº 115, de 26.12.2002, produzindo seus efeitos a partir de 1º.01.2003.*

*Redações anteriores.*

*a) original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000:*

*"§ 3º. A entrega dos recursos a cada Unidade Federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, especialmente no seu item 9, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva Unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou vincenda no mês seguinte àquele em que for efetivada a entrega, junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente."*

*b) dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, em vigor no período de 1º.08.2000 a 31.12.2002:*

*"§ 3º No período compreendido entre a data de entrada em vigor desta Lei Complementar e 31 de dezembro de 2002, a entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, especialmente no seu item 5, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou vincenda no mês seguinte àquele em que for efetivada a entrega junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente."*

§ 4º A entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, subordina-se à existência de disponibilidades orçamentárias consignadas a essa finalidade na respectiva Lei Orçamentária Anual da União, inclusive eventuais créditos adicionais.

*Nova redação dada ao § 4º pelo art. 1º da Lei Complementar nº 115, de 26.12.2002, produzindo seus efeitos a partir de 1º.01.2003.*

*Redações anteriores.*

*a) original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000:*

*"§ 4º. O prazo definido no caput poderá ser estendido até o exercício financeiro de 2006, inclusive, nas situações excepcionais previstas no subitem 2.1. do Anexo."*

*b) dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, em vigor no período de 1º.08.2000 a 31.12.2002.*

*"§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2003 a entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo à Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, especialmente no seu item 9, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou vincenda no mês seguinte àquele em que for efetivada a entrega,*



*junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente."*

§ 4º-A. A partir de 1º de janeiro de 2003 volta a vigorar a possibilidade de, até o exercício financeiro de 2006, a União entregar mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os limites, os critérios, os prazos e as demais condições fixados no Anexo à Lei Complementar no 87, de 1996, com base no produto da arrecadação estadual, efetivamente realizada, do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, no período julho de 1995 a junho de 1996, inclusive.

*O § 4º-A foi acrescentado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo efeitos a partir de 1º.08.2000.*

§ 5º Para efeito da apuração de que trata o art. 4º da Lei Complementar no 65, de 15 de abril de 1991, será considerado o valor das respectivas exportações de produtos industrializados, inclusive de semi-elaborados, não submetidas à incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, em 31 de julho de 1996.

*Nova redação dada ao § 4º pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo seus efeitos a partir de 1º.08.2000.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000:*

*"§ 5º. Para efeito da apuração de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 65, de 15 de abril de 1991, será considerado o valor das respectivas exportações de produtos industrializados, inclusive de semi-elaborados, não submetidas a incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação em 31 de julho de 1996."*

**Art. 32.** A partir da data de publicação desta Lei Complementar:

I - o imposto não incidirá sobre operações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, bem como sobre prestações de serviços para o exterior;

II - darão direito de crédito, que não será objeto de estorno, as mercadorias entradas no estabelecimento para integração ou consumo em processo de produção de mercadorias industrializadas, inclusive semi-elaboradas, destinadas ao exterior;

III - entra em vigor o disposto no Anexo integrante desta Lei Complementar.

**Art. 33.** Na aplicação do art. 20 observar-se-á o seguinte:

I - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2007;

*Nova redação dada ao inciso I pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redações anteriores.*

*a) original em vigor no período de 1º.11.96 a 22.12.97:*

*"I - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 1998;"*

*b) dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 92, de 23.12.97, em vigor no período de 23.12.97 a 20.12.99.*

*"I - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2000;"*

*c) dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 99, de 20.12.99, em vigor no período de 21.12.99 a 16.12.2002.*

*"I - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2003;"*

II – somente dará direito a crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento:

a) quando for objeto de operação de saída de energia elétrica;

b) quando consumida no processo de industrialização;

c) quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais; e

d) a partir de 1º de janeiro de 2007, nas demais hipóteses;

*Nova redação dada à alínea "d" pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, acrescentada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, em vigor no período de 1º.08.2000 a 16.12.2002.*

*"d) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses;"*

*Nova redação dada ao inciso II pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo efeitos a partir de 1º.08.2000.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.07.2000.*

*"II - a energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento dará direito de crédito a*

*partir da data da entrada desta Lei Complementar em vigor; "*

III - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento, nele entradas a partir da data da entrada desta Lei Complementar em vigor.

IV – somente dará direito a crédito o recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento:

a) ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza;

b) quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre as saídas ou prestações totais; e

c) a partir de 1º de janeiro de 2007, nas demais hipóteses.

*Nova redação dada à alínea "c" pelo art. 1º da Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002, produzindo efeitos a partir de 17.12.2002.*

*Redação original, acrescentada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, em vigor no período de 1º.08.2000 a 16.12.2002.*

*"c) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses."*

*O inciso IV foi acrescentado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, produzindo seus efeitos a partir de 1º.08.2000.*

#### **Art. 34. Vetado**

**Art. 35.** As referências feitas aos Estados nesta Lei Complementar entendem-se feitas também ao Distrito Federal.

**Art. 36.** Esta Lei Complementar entra em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao da sua publicação, observado o disposto nos arts. 32 e 33 e no Anexo integrante desta Lei Complementar.

Brasília 13 de setembro de 1996, 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

*Nova redação dada ao Anexo da LC pelo art. 2º da Lei Complementar nº 115, de 26.12.2002, produzindo seus efeitos a partir de 1º.01.2003.*

*Redação original, em vigor no período de 1º.11.96 a 31.12.2002:*

## **A N E X O**

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996**

1. A entrega de recursos a que se refere o art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, será realizada da seguinte forma:

1.1. a União entregará aos Estados e aos seus Municípios, no exercício financeiro de 2003, o valor de até R\$ 3.900.000.000,00 (três bilhões e novecentos milhões de reais), desde que respeitada a dotação consignada da Lei Orçamentária Anual da União de 2003 e eventuais créditos adicionais;

1.2. nos exercícios financeiros de 2004 a 2006, a União entregará aos Estados e aos seus Municípios os montantes consignados a essa finalidade nas correspondentes Leis Orçamentárias Anuais da União;

1.3. a cada mês, o valor a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios corresponderá ao montante do saldo orçamentário existente no dia 1º, dividido pelo número de meses remanescentes no ano;

1.3.1. nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, o saldo orçamentário, para efeito do cálculo da parcela pertencente a cada Estado e a seus Municípios, segundo os coeficientes individuais de participação definidos no item 1.5 deste Anexo, corresponderá ao montante remanescente após a dedução dos valores de entrega mencionados no art. 3º desta Lei Complementar;

1.3.1.1. nesses meses, a parcela pertencente aos Estados que fizerem jus ao disposto no art. 3º desta Lei Complementar corresponderá ao somatório dos montantes derivados da aplicação do referido artigo e dos coeficientes individuais de participação definidos no item 1.5 deste Anexo;

1.3.2. no mês de dezembro, o valor de entrega corresponderá ao saldo orçamentário existente no dia 15.

1.4. Os recursos serão entregues aos Estados e aos seus respectivos Municípios no último dia útil de cada mês.

1.5. A parcela pertencente a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, será proporcional aos seguintes coeficientes individuais de participação:

AC	0,09104%	PB	0,28750%
AL	0,84022%	PR	10,08256%
AP	0,40648%	PE	1,48565%
AM	1,00788%	PI	0,30165%
BA	3,71666%	RJ	5,86503%
CE	1,62881%	RN	0,36214%
DF	0,80975%	RS	10,04446%
ES	4,26332%	RO	0,24939%
GO	1,33472%	RR	0,03824%
MA	1,67880%	SC	3,59131%
MT	1,94087%	SP	31,14180%
MS	1,23465%	SE	0,25049%
MG	12,90414%	TO	0,07873%
PA	4,36371%	TOTAL	100,00000%

2. Caberá ao Ministério da Fazenda apurar o montante mensal a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios.

2.1. O Ministério da Fazenda publicará no Diário Oficial da União, até cinco dias úteis antes da data prevista para a efetiva entrega dos recursos, o resultado do cálculo do montante a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios, o qual, juntamente com o detalhamento da memória de cálculo, será remetido, no mesmo prazo, ao Tribunal de Contas da União.

2.2. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará, diretamente ao próprio Estado, setenta e cinco por cento, e aos seus Municípios, vinte e cinco por cento, distribuídos segundo os mesmos critérios de rateio aplicados às parcelas de receita que lhes cabem do ICMS.

2.3. Antes do início de cada exercício financeiro, o Estado comunicará ao Ministério da Fazenda os coeficientes de participação dos respectivos Municípios no rateio da parcela do ICMS a serem aplicados no correspondente exercício, observado o seguinte:

2.3.1. o atraso na comunicação dos coeficientes acarretará a suspensão da transferência dos recursos ao Estado e aos respectivos Municípios até que seja regularizada a entrega das informações;

2.3.1.1. os recursos em atraso e os do mês em que ocorrer o fornecimento das informações serão entregues no último dia útil do mês seguinte à regularização, se esta ocorrer após o décimo quinto dia; caso contrário, a entrega dos recursos ocorrerá no último dia útil do próprio mês da regularização.

3. A forma de entrega dos recursos a cada Estado e a cada Município observará o disposto neste item.

3.1. Para efeito de entrega dos recursos à unidade federada e por uma das duas formas previstas no subitem 3.3 serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurado no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

3.1.1. contraídas junto ao Tesouro Nacional pela unidade federada vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

3.1.2. contraídas pela unidade federada com garantia da União, inclusive dívida externa, vencidas e não pagas, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta;

3.1.3. contraídas pela unidade federada junto aos demais entes da administração federal, direta e indireta, vencidas e não pagas, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta.

3.2. Para efeito do disposto no subitem 3.1.3, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

3.2.1. a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos, e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva unidade federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vincendos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos;

3.2.2. a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo subitem 3.1.3, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

3.3. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do subitem 3.1, e do anterior, serão satisfeitos pela União por uma das seguintes formas:

3.3.1. entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a dez anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada junto ao Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

3.3.2. correspondente compensação.

3.4. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos dos subitens 3.1 e 3.2, e liquidada na forma do subitem anterior, serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

4. As referências deste Anexo feitas aos Estados entendem-se também feitas ao Distrito Federal.

#### *"ANEXO*

#### *LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996*

*1. A União entregará recursos aos Estados e seus Municípios, atendidos limites, critérios, prazos e demais condições fixados neste Anexo, com base no produto da arrecadação do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), efetivamente realizada no período julho de 1995 a junho de 1996, inclusive.*

*1.1. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará, diretamente.*

*1.1.1. ao próprio Estado, 75% (setenta e cinco por cento),*

*1.1.2. aos seus Municípios, 25% (vinte e cinco por cento), distribuídos segundo os mesmos critérios de rateio aplicados às parcelas de receita que lhes cabem do ICMS.*

*2. A entrega dos recursos, apurada nos termos deste Anexo, será efetuada até o exercício financeiro de 2.002, inclusive.*

*2.1. Excepcionalmente, o prazo poderá ser estendido no caso de Estado cuja razão entre o respectivo valor previsto da entrega anual de recursos (VPE), aplicado a partir do exercício de 2003, fixado no subitem 5.8.2. e sujeito a revisão nos termos do subitem 5.8.3., e o produto de sua arrecadação de ICMS entre julho de 1995 a junho de 1996, ambos expressos a preços médios deste período, seja.*

*O art. 2º da Lei Complementar n. 99, de 20.12.99, alterou a expressão "1998" para*



"2003".

2.1.1. superior a 0,10 (dez centésimos) e inferior ou igual a 0,12 (doze centésimos), até o exercício financeiro de 2.003, inclusive;

2.1.2. superior a 0,12 (doze centésimos) e inferior ou igual a 0,14 (quatorze centésimos), até o exercício financeiro de 2.004, inclusive;

2.1.3. superior a 0,14 (quatorze centésimos) e inferior ou igual a 0,16 (dezesesseis centésimos), até o exercício financeiro de 2.005, inclusive;

2.1.4. superior a 0,16 (dezesesseis centésimos), até o exercício financeiro de 2.006, inclusive.

2.2. Fica autorizada, desde já, a adequação do disposto nas leis das diretrizes orçamentárias da União para os exercícios financeiros de 1996 e de 1997, no que couber, para que sejam financiadas e atendidas as despesas da União necessárias ao atendimento do disposto no art. 31 desta Lei Complementar, observados os limites e condições fixados neste Anexo.

2.3. O Poder Executivo Federal enviará ao Congresso Nacional, no prazo de até cinco dias após publicada esta Lei Complementar, projeto de lei de abertura de crédito especial para atender as despesas com o adiantamento de que trata o item 4 e os demais recursos a serem entregues ainda no exercício financeiro de 1996.

3. A periodicidade da entrega dos recursos é mensal.

3.1. A apuração do montante dos recursos a serem entregues será feita mensalmente. Período de competência é o mês da apuração.

3.2. A entrega de recursos a cada Unidade Federada será efetuada até o final do segundo mês subsequente ao período de competência.

3.3. O primeiro período de competência é o mês em que for publicada esta Lei Complementar.

4. Até trinta dias após a data da publicação desta Lei Complementar, a União entregará ao conjunto dos Estados, a título de adiantamento, o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), proporcionalmente aos respectivos valores previstos da entrega anual de recursos (VPE), fixados no subitem 5.8.1. para aplicação no exercício financeiro de 1996.

4.1. Do valor do adiantamento que cabe a cada Estado, a União entregará, diretamente, 75% (setenta e cinco por cento) ao próprio Estado e 25% (vinte e cinco por cento) aos seus Municípios, nos termos do subitem 1.1.

4.2. Nos primeiros doze períodos de competência, será descontado dos recursos a serem entregues mensalmente a cada Estado e a cada Município, antes de aplicado o disposto no item 9, um doze avos do respectivo valor do adiantamento, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços, conceito Disponibilidade Interna, até o mês do período de competência. Eventual saldo remanescente será deduzido, integralmente, dos recursos a serem entregues a Unidade Federada no período ou períodos de competência imediatamente seguintes, até que seja anulado.

5. A cada período de competência, o valor a ser entregue ao Estado (VE), que inclui a parcela de seus Municípios, será apurado da seguinte forma:

$$VE = \frac{(ICMSb \times P \times A)}{N} - ICMSr$$

N

sujeito a:  $VE \leq VME$ ,

sendo:  $VME = \frac{VPE \times P \times A \times T}{12}$

12

5.1. VE é o valor apurado da entrega, referente a cada período de competência.

5.2. ICMS<sub>b</sub> é o produto da arrecadação do ICMS no período base, este indicado pelo subscrito b, observado que:

5.2.1. nos primeiros doze períodos de competência, o período base é:

5.2.1.1. no primeiro período de competência, o mesmo mês do período julho de 1995 a junho de 1996;

5.2.1.2. a partir do segundo período de competência, igual ao período base anterior acrescido do mês seguinte do período julho de 1995 a junho de 1996, sendo que, no período de competência imediatamente seguinte àquele em que o mês de junho de 1996 estiver contido no período base, será incluído o mês de julho de 1995;

5.2.2. a partir do décimo terceiro período de competência, o período base é julho de 1995 a junho de 1996.

5.3. P é o fator de atualização, igual à razão entre o índice de preços médio do período de referência e o índice de preços médio do período base, adotando-se o Índice Geral de Preços, conceito Disponibilidade Interna (IGP-DI), apurado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua ausência, outro índice de preços de caráter nacional.

5.4. A é o fator de ampliação, que será igual a 1,03 (um inteiro e três centésimos) nos exercícios financeiros de 1996 e 1997 e, nos exercícios financeiros seguintes, igual ao valor apurado da seguinte forma:

$$A = C \times E$$

5.4.1. C é o fator de crescimento, igual a:

5.4.1.1. no exercício financeiro de 1998, 1,0506 (um inteiro e quinhentos e seis décimos de milésimo),

5.4.1.2. nos exercícios financeiros de 1999 e seguintes, 1,0716 (um inteiro e setecentos e dezesseis décimos de milésimo);

5.4.2. E é o fator de eficiência relativa, igual a

$$E = 1 + DR$$

ou

$$E = 1 + DU,$$

o que for maior

5.4.2.1. DR é uma medida do desempenho da arrecadação relativamente ao dos demais Estados, cujo valor será o resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{ICMS/UF_v}{ICMS/UF_p} - \frac{ICMS/BR_v}{ICMS/BR_p}$$

5.4.2.2. DU é uma medida do desempenho da arrecadação relativamente ao da União, cujo valor será o resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{ICMS/UF_v}{ICMS/UF_p} - \frac{ATU/UF_v}{ATU/UF_p}$$

5.4.2.3. ICMS/UF é o produto da arrecadação de ICMS ao Estado,

5.4.2.4. ICMS/BR é o produto da arrecadação de ICMS do conjunto dos demais Estados,

5.4.2.5. ATU/UF é o produto da arrecadação da União no Estado, abrangendo as receitas tributária e de contribuições, inclusive as vinculadas à seguridade social, e excluídas as receitas do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e, quando incidentes sobre

instituições financeiras, do imposto de renda sobre pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, bem como do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de capital e remessas para o exterior, da contribuição provisória sobre movimentação financeira e de outros tributos de caráter provisório que venham a ser instituídos;

5.4.2.6. o período de avaliação, indicado pelo subscrito v, é:

5.4.2.6.1. no período de competência janeiro de 1998, o próprio mês;

5.4.2.6.2. nos demais períodos de competência do exercício de 1998, igual ao período de avaliação imediatamente anterior acrescido do mês subsequente;

5.4.2.6.3. a partir do exercício de 1999, igual ao período de competência acrescido dos onze meses imediatamente anteriores;

5.4.2.7. o período padrão para a comparação, indicado pelo subscrito p, é aquele formado pelos mesmos meses que compõem o período de avaliação, um ano antes deste último;

5.4.2.8. os valores relativos ao período padrão para comparação (ICMS/UFp, ICMS/BRp e ATU/UFp) serão atualizados para preços médios do período de avaliação, pela variação do Índice Geral de Preços, conceito Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua ausência, por outro índice de preços de caráter nacional.

5.5. ICMSr é o produto da arrecadação do ICMS no período de referência, indicado pelo subscrito r, observado que:

5.5.1. nos primeiros doze períodos de competência, o período de referência é:

5.5.1.1. no primeiro período de competência, o mesmo mês;

5.5.1.2. a partir do segundo período de competência, igual ao período de referência imediatamente anterior acrescido do mês seguinte;

5.5.2. a partir do décimo terceiro período de competência, o período de referência é igual ao período de competência acrescido dos onze meses imediatamente anteriores.

5.6. T é o fator de transição, cujo valor é igual:

5.6.1. a 1 (um) nos exercícios financeiros de 1996, 1997 e 1998;

5.6.2. a 0,900 (novecentos milésimos), 0,775 (setecentos e setenta e cinco milésimos), 0,625 (seiscentos e vinte e cinco milésimos), 0,450 (quatrocentos e cinquenta milésimos), respectivamente, nos exercícios financeiros de 1999, 2000, 2001 e 2002, ressalvados os casos dos Estados enquadrados no disposto.

5.6.2.1. no subitem 2.1.1., em que o valor é igual a 0,900 (novecentos milésimos), 0,775 (setecentos e setenta e cinco milésimos), 0,625 (seiscentos e vinte e cinco milésimos), 0,450 (quatrocentos e cinquenta milésimos) e 1/6 (um sexto), respectivamente, nos exercícios de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003,

5.6.2.2. no subitem 2.1.2., em que o valor é igual a 0,900 (novecentos milésimos), 0,775 (setecentos e setenta e cinco milésimos), 0,625 (seiscentos e vinte e cinco milésimos), 0,450 (quatrocentos e cinquenta milésimos), 2/7 (dois sétimos) e 1/7 (um sétimo), respectivamente, nos exercícios de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004,

5.6.2.3. no subitem 2.1.3., em que o valor é igual a 0,900 (novecentos milésimos), 0,775 (setecentos e setenta e cinco milésimos), 5/8 (cinco oitavos), 4/8 (quatro oitavos), 3/8 (três oitavos), 2/8 (dois oitavos) e 1/8 (um oitavo), respectivamente, nos exercícios de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005,

5.6.2.4. no subitem 2.1.4., caso em que o valor é igual a 0,900 (novecentos milésimos), 7/9 (sete nonos), 6/9 (seis nonos), 5/9 (cinco nonos), 4/9 (quatro nonos), 3/9 (três nonos), 2/9 (dois nonos) e 1/9 (um nono), respectivamente, nos exercícios de 1999, 2000, 2001,

2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

5.7. N é o número de meses que compõem o período de referência.

5.8. VME é o valor máximo da entrega de recursos a cada Estado, incluída a parcela de seus Municípios, resultante da multiplicação do valor previsto da entrega anual de cada Estado (VPE), dividido por doze, pelos valores dos fatores de atualização (P), ampliação (A) e transição (T), atendido o seguinte:

5.8.1. nos exercícios financeiros de 1996 a 2002, o valor previsto da entrega anual de recursos (VPE), expresso a preços médios do período julho de 1995 a junho de 1996, ao conjunto das Unidades Federadas, é igual a R\$ 3.600.000.000,00 (três bilhões e seiscentos milhões de reais), e o de cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, é:

O art. 3º da Lei Complementar n. 99, de 20.12.99, alterou a expressão "de 1996 e 1997" para "de 1996 a 2002".

Acre	R\$ 5.331.274,73
Alagoas	R\$ 48.598.880,81
Amapá	R\$ 20.719.213,16
Amazonas	R\$ 34.023.345,57
Bahia	R\$ 129.014.673,83
Ceará	R\$ 66.400.645,01
Distrito Federal	R\$ 47.432.892,61
Espírito Santo	R\$ 148.862.799,16
Goiás	R\$ 73.335.579,92
Maranhão	R\$ 59.783.744,16
Mato Grosso	R\$ 82.804.150,57
Mato Grosso do Sul	R\$ 62.528.891,22
Minas Gerais	R\$ 432.956.072,16
Pará	R\$ 158.924.710,56
Paraíba	R\$ 16.818.496,96
Paraná	R\$ 352.141.201,56
Pernambuco	R\$ 81.223.637,36
Piauí	R\$ 14.593.845,83
Rio Grande do Norte	R\$ 21.213.050,06
Rio Grande do Sul	R\$ 313.652.856,27
Rio de Janeiro	R\$ 291.799.979,16
Rondônia	R\$ 14.608.957,22
Roraima	R\$ 2.237.772,73
Santa Catarina	R\$ 116.297.618,94
São Paulo	R\$ 985.414.322,57
Sergipe	R\$ 14.670.108,64
Tocantins	R\$ 4.611.279,20

5.8.2. nos exercícios financeiros de 2003 e seguintes, o valor previsto da entrega anual de recursos (VPE), expresso a preços médios do período julho de 1995 a junho de 1996, ao conjunto das Unidades Federadas, é igual a R\$ 4.400.000.000,00 (quatro bilhões e quatrocentos milhões de reais), e o de cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, é

O art. 2º da Lei Complementar n. 99, de 20.12.99, alterou a expressão "1998" para

"2003".

Acre	R\$ 5.972.742,49
Alagoas	R\$ 53.413.686,32
Amapá	R\$ 21.516.418,81
Amazonas	R\$ 50.234.403,21
Bahia	R\$ 165.826.967,44
Ceará	R\$ 82.950.622,96
Distrito Federal	R\$ 58.559.486,64
Espírito Santo	R\$ 169.650.089,02
Goiás	R\$ 93.108.148,77
Maranhão	R\$ 65.646.646,51
Mato Grosso	R\$ 93.328.929,22
Mato Grosso do Sul	R\$ 71.501.907,89
Minas Gerais	R\$ 509.553.128,12
Pará	R\$ 169.977.837,01
Paraíba	R\$ 23.041.487,41
Paraná	R\$ 394.411.651,45
Pernambuco	R\$ 101.621.401,92
Piauí	R\$ 18.568.105,75
Rio Grande do Norte	R\$ 26.396.605,37
Rio Grande do Sul	R\$ 372.052.391,48
Rio de Janeiro	R\$ 368.969.789,87
Rondônia	R\$ 17.881.807,93
Roraima	R\$ 2.872.885,44
Santa Catarina	R\$ 144.198.422,18
São Paulo	R\$ 1.293.240.592,06
Sergipe	R\$ 19.101.069,13
Tocantins	R\$ 6.402.775,60;

5.8.3. o valor previsto da entrega anual de recursos (VPE) de cada Estado, fixado no subitem anterior, será revisto com base nos resultados de apuração especial a ser realizada pelo CONFAZ, conjuntamente com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, que avaliará o impacto efetivo dos créditos relativos a bens de uso e consumo próprio do estabelecimento, concedidos a partir daquele exercício, sobre o produto da arrecadação do ICMS no primeiro semestre de 2003, observado o seguinte:

O art. 2º da Lei Complementar n. 99, de 20.12.99, alterou a expressão "1998" para "2003".

5.8.3.1. para efeito da apuração nos períodos de competência de fevereiro a agosto de 2003, o VPE correspondente ao exercício financeiro de 1998 será temporariamente elevado em 30% (trinta por cento);

O art. 2º da Lei Complementar n. 99, de 20.12.99, alterou a expressão "1998" para "2003".

5.8.3.2. as reduções de receitas verificadas pela apuração especial serão comparadas ao produto da arrecadação efetiva de ICMS do mesmo período e os percentuais de redução aplicados à receita do imposto no período julho de 1995 a junho de 1996, obtendo-se valores que serão acrescidos ao VPE de cada Estado, relativo aos exercícios financeiros de 1996 a

2002, fixado no subitem 5.8.1.;

O art. 3º da Lei Complementar n. 99, de 20.12.99, alterou a expressão "de 1996 e 1997" para "de 1996 a 2002".

5.8.3.3. o resultado do cálculo previsto no subitem anterior substituirá o VPE de cada Estado e o VPE global, de que trata o subitem 5.8.2., e será utilizado nas apurações relativas aos exercícios financeiros de 1998 e seguintes, inclusive aplicado retroativamente desde o período de competência fevereiro de 2003, sendo as diferenças apuradas acrescidas ou diminuídas dos valores a serem entregues no período ou períodos imediatamente seguintes ao final do processo de revisão.

O art. 2º da Lei Complementar n. 99, de 20.12.99, alterou a expressão "1998" para "2003".

5.9. Respeitados os limites globais e condições estabelecidos pelo Senado Federal, fica autorizada, desde já, a emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional e a inclusão de dotações no orçamento fiscal da União até o montante equivalente ao valor máximo anual da entrega de recursos (VME) para o conjunto das Unidades Federadas, apurado nos termos deste item para cada exercício financeiro.

6. Até trinta dias após a publicação desta Lei Complementar, cada Estado poderá optar, em caráter irrevogável, pela seguinte modalidade de cálculo do valor do fator de ampliação (A), relativo aos exercícios financeiros de 1998 e seguintes:

$$A = C + F$$

6.1. C é o fator de crescimento, fixado no subitem 5.4.1.

6.2. F é o fator de estímulo ao esforço de arrecadação, apurado no primeiro período de competência de cada trimestre civil da seguinte forma:

$$\text{se } DPIB/BR \leq 0 \text{ ou } DICMS \leq (1,75 \times DPIB/B, \\ F = 0 \text{ (zero)}$$

*caso contrário*

$$F = (DICMS/UF) 1,75 \times (DPIB/E$$

6.2.1. DPIB/BR é a taxa de variação real do Produto Interno Bruto do País, estimada e divulgada trimestralmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, comparando-se com igual período um ano antes.

6.2.1.1. em janeiro de 1998, o valor referente ao quarto trimestre de 1997,

6.2.1.2. em abril de 1998, o valor referente ao primeiro trimestre de 1998,

6.2.1.3. em julho de 1998, o valor referente ao primeiro semestre de 1998,

6.2.1.4. em outubro de 1998, o valor referente aos três primeiros trimestres de 1998,

6.2.1.5. em janeiro de 1999, o valor referente ao ano de 1998,

6.2.1.6. a partir de abril de 1999, o valor referente ao período de doze meses imediatamente anterior ao período de competência considerado;

6.2.2. DICMS/UF é a taxa de variação do produto da arrecadação do ICMS do Estado entre o período de avaliação e igual período um ano antes, este expresso a preços médios do período de avaliação, mediante atualização pela variação do Índice Geral de Preços, conceito Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua ausência, por outro índice de caráter nacional;

6.2.2.2. o período de avaliação é:

6.2.2.2.1. em janeiro de 1998, o mesmo mês;

6.2.2.2.2. em abril de 1998, o período fevereiro a abril de 1998;

6.2.2.2.3. em julho de 1998, o período fevereiro a julho de 1998;

6.2.2.2.4. em outubro de 1998, o período fevereiro a outubro de 1998;

6.2.2.2.5. em janeiro de 1999, o período fevereiro de 1.988 a janeiro de 1999;

6.2.2.2.6. a partir de abril de 1999, o período de competência considerado acrescido dos onze meses imediatamente anteriores;

6.3. o valor do fator de estímulo (F) apurado no primeiro período de competência de cada trimestre aplica-se aos três períodos de competência daquele trimestre;

6.4. A opção de que trata este item será comunicada pelo Poder Executivo Estadual, no devido prazo, ao Ministério da Fazenda, que a fará publicar no Diário Oficial da União.

7. A cada período de competência, se o montante de recursos a ser entregue ao conjunto dos Estados, incluídas as parcelas de seus Municípios, for inferior ao valor previsto da entrega anual (VPE) global do País, fixado nos subitens 5.8.1. e 5.8.2. e sujeito à revisão de que trata o subitem 5.8.3., dividido por 12 (doze) e multiplicado pelos valores dos fatores de atualização (P) e de transição (T), a diferença poderá ser utilizada para elevar o valor máximo de entrega de recursos (VME) no caso de Estados cujos valores que seriam entregues (VE), apurados pela fórmula de cálculo prevista no item 5, superarem o seu VME.

7.1. O valor global a ser utilizado na elevação dos VME dos Estados será distribuído proporcionalmente à diferença a maior em cada Estado, entre o VE, apurado pela fórmula de cálculo, e o seu VME. Fica limitado o montante de recurso a ser acrescido ao VME de cada Estado ao menor dos seguintes valores:

7.1.1. 30% (trinta por cento) do correspondente VPE, fixado nos subitens 5.8.1. e 5.8.2., dividido por 12 (doze) e multiplicado pelo fator P; ou

7.1.2. a diferença a maior entre VE e VME.

7.2. Após definido o rateio entre os Estados do valor global a ser utilizado na elevação dos respectivos VME, a entrega dos recursos adicionais ao Estado, inclusive da parcela de seus Municípios, só ocorrerá se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

7.2.1. o Estado esteja enquadrado em uma das situações excepcionais previstas no subitem 2.1; e

7.2.2. o Estado apresente fator de eficiência relativa (E) igual ou superior a 1 (um) no período de competência considerado, ainda que tenha optado pela aplicação da modalidade de cálculo prevista no item 6.

8. Caberá ao Ministério da Fazenda processar as informações recebidas e apurar, nos termos deste Anexo, o montante a ser entregue a cada Estado, bem como os recursos a serem destinados, respectivamente, ao Governo do Estado e aos Governos dos Municípios do mesmo.

8.1. Antes do início de cada exercício financeiro, o Estado comunicará ao Ministério da Fazenda os índices de participação dos respectivos Municípios no rateio da parcela do ICMS a serem aplicados no correspondente exercício, observado, ainda, o seguinte:

8.1.1. os coeficientes de participação dos Municípios a serem respeitados no exercício de 1996, inclusive para efeito da destinação de parcela do adiantamento, serão comunicados pelo Estado até dez dias após a data da publicação desta Lei Complementar,

8.1.2. o atraso na comunicação dos coeficientes acarretará a suspensão da entrega dos

recursos ao Estado e aos respectivos Municípios, até que seja regularizada a entrega das informações.

8.2. Para apuração dos valores a serem entregues a cada período de competência, o Estado enviará ao Ministério da Fazenda, até o décimo dia útil do segundo mês seguinte ao período de competência, balancete contábil mensal ou relatório resumido da execução orçamentária mensal, devidamente publicado, que deverá especificar o produto da arrecadação do ICMS, incluindo o da respectiva cota-parte municipal.

8.3. Os valores entregues pela União ao Estado, bem como aos seus Municípios, a cada exercício financeiro, serão revistos e compatibilizados com base no respectivo balanço anual, a ser enviado no prazo de até dez dias após sua publicação. Eventual diferença, após divulgada no Diário Oficial da União, será acrescida ou descontada dos recursos a serem entregues no período, ou períodos, de competência imediatamente seguintes.

8.4. O atraso na apresentação pelo Estado dos seus balancetes ou relatórios mensais, bem como do balanço anual, acarretará postecipação da entrega dos recursos para a data em que for efetuada a entrega do período de competência seguinte, desde que regularizado o fluxo de informações.

8.5. Exclusivamente para efeito de apuração do valor a ser entregue aos outros Estados, fica o Ministério da Fazenda autorizado a estimar o produto da arrecadação do ICMS do Estado que não tenha enviado no devido prazo seu balancete ou relatório mensal, inclusive com base em informações levantadas pelo CONFAZ.

8.6. Respeitados os mesmos prazos concedidos aos Estados, o Ministério da Fazenda deverá apurar e publicar no Diário Oficial da União a arrecadação tributária da União realizada em cada Estado, que deverá ser compatível e consistente com a arrecadação global no País constante de seus balancetes periódicos e do balanço anual.

8.7. Fica o Ministério da Fazenda obrigado a publicar no Diário Oficial da União, até cinco dias úteis antes da data prevista para a efetiva entrega dos recursos, o resultado do cálculo do montante a ser entregue a cada Estado e os procedimentos utilizados na sua apuração, os quais, juntamente com o detalhamento da memória de cálculo, serão remetidos, no mesmo prazo, ao Tribunal de Contas da União, para seu conhecimento e controle.

9. A forma de entrega dos recursos a cada Estado e a cada Município observará o disposto neste item.

9.1. O Ministério da Fazenda informará, no mesmo prazo e condição previstos no subitem 8.7, o respectivo montante da dívida da administração direta e indireta da Unidade Federada, apurado de acordo com o definido nos subitens 9.2. e 9.3., que será deduzido do valor a ser entregue à respectiva Unidade em uma das duas formas previstas no subitem 9.4.

9.2. Para efeito de entrega dos recursos à Unidade Federada, em cada período de competência e por uma das duas formas previstas no subitem 9.4., serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurada no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

9.2.1. contraídas junto ao Tesouro Nacional pela Unidade Federada, vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

9.2.2. contraídas junto ao Tesouro Nacional pela Unidade Federada, vincendas no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;



9.2.3. *contraídas pela Unidade Federada com garantia da União, inclusive dívida externa, primeiro, as vencidas e não pagas e, depois, as vincendas no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta;*

9.2.4. *contraídas pela Unidade Federada junto aos demais entes da administração federal, direta e indireta, primeiro, as vencidas e não pagas e, depois, as vincendas no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta.*

9.3. *Para efeito do disposto no subitem 9.2.4., ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:*

9.3.1. *a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos, e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva Unidade Federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vincendos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos;*

9.3.2. *a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo dispositivo, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.*

9.4. *Os recursos a serem entregues à Unidade Federada, em cada período de competência, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do subitem 9.2. e do anterior, serão satisfeitos pela União por uma das seguintes formas:*

9.4.1. *entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a dez anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva Unidade Federada junto ao Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou*

9.4.2. *correspondente compensação.*

9.5. *Os recursos a serem entregues à Unidade Federada, em cada período de competência, equivalentes a diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos dos subitens 9.2. e 9.3. e liquidada na forma do subitem anterior, serão satisfeitos através de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.*

10. *Os parâmetros utilizados no cálculo da entrega dos recursos a cada Estado de que trata este Anexo serão considerados, no que couber, para efeito da renegociação ou do refinanciamento de dívidas junto ao Tesouro Nacional.*

11. *As referências feitas aos Estados neste Anexo entendem-se também feitas ao Distrito Federal."*

**ANEXO II - Lei Complementar nº 102 de 11 de julho de 2000**  
**Lei Complementar nº115 de 06 de dezembro de 2002.**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 11 DE JULHO DE 2000.**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que "dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências".

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º ....."

"Parágrafo único. ...."

"IV – adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização."(NR)

"Art. 11. ...."

"....."

"III - ....."

"....."

"c-1) o do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, quando prestado por meio de satélite;" (AC)\*

"....."

"§ 6º Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, tratando-se de serviços não medidos, que envolvam localidades situadas em diferentes unidades da Federação e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, o imposto devido será recolhido em partes iguais para as unidades da Federação onde estiverem localizados o prestador e o tomador."(AC)

"Art. 12. ....  
....."

"XII – da entrada no território do Estado de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização;" (NR)

"....."

"Art. 20. ....  
....."

"§ 5º Para efeito do disposto no caput deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado:" (NR)

"I – a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;" (AC)

"II – em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;" (AC)

"III – para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será o obtido multiplicando-se o

valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;" (AC)

"IV – o quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, pro rata die, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;" (AC)

"V – na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;" (AC)

"VI – serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no art. 19, em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar, para aplicação do disposto nos incisos I a V deste parágrafo; e" (AC)

"VII – ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado." (AC)

"....."

"Art. 25. Para efeito de aplicação do disposto no art. 24, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado." (NR)

"....."

"Art. 31. Nos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2002 a União entregará mensalmente recursos aos Estados e seus

Municípios, obedecidos os montantes, os critérios, os prazos e as demais condições fixados no Anexo desta Lei Complementar." (NR)

"§ 1º Nos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2002 e a partir de 1º de janeiro de 2003, do montante de recursos que couber a cada Estado, a União entregará, diretamente:" (NR)

"....."

"§ 2º Nos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2002 e a partir de 1º de janeiro de 2003, os recursos do Tesouro Nacional serão provenientes:" (NR)

"....."

"§ 3º No período compreendido entre a data de entrada em vigor desta Lei Complementar e 31 de dezembro de 2002, a entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, especialmente no seu item 5, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou vincenda no mês seguinte àquele em que for efetivada a entrega junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente." (NR)

"§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2003 a entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo à Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, especialmente no seu item 9, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou vincenda no mês seguinte àquele em que for efetivada a entrega, junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente." (NR)

"§ 4º-A. A partir de 1º de janeiro de 2003 volta a vigorar a possibilidade de, até o exercício financeiro de 2006, a União entregar mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os limites, os critérios, os prazos e as demais condições fixados no Anexo à Lei Complementar nº 87, de 1996, com base no produto da arrecadação estadual, efetivamente realizada, do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, no período julho de 1995 a junho de 1996, inclusive." (AC)

"§ 5º Para efeito da apuração de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 65, de 15 de abril de 1991, será considerado o valor das respectivas exportações de produtos industrializados, inclusive de semi-elaborados, não submetidas à incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, em 31 de julho de 1996." (NR)

"Art. 33. ....  
....."

"II – somente dará direito a crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento:" (NR)

"a) quando for objeto de operação de saída de energia elétrica;" (AC)

"b) quando consumida no processo de industrialização;" (AC)

"c) quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais; e" (AC)

"d) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses;" (AC)

"....."

"IV – somente dará direito a crédito o recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento:" (AC)

"a) ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza;" (AC)

"b) quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre as saídas ou prestações totais; e" (AC)

"c) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses."  
(AC)

Art. 2º No período compreendido entre 1º de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2002, o Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996, vigorará com a redação do Anexo desta Lei Complementar, restabelecendo-se a redação anterior a partir do período de competência de janeiro de 2003.

Art. 3º A mudança na sistemática de entrega de recursos prevista no art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 1996, não poderá implicar interrupção no fluxo mensal de entrega de recursos aos Estados e aos seus Municípios, devendo os valores de entrega correspondentes aos períodos de competência dos meses de novembro e dezembro de 1999, de que trata o item 3 do Anexo à referida Lei Complementar, ser entregue pela União aos Estados e aos seus Municípios, até fevereiro de 2003.

§ 1º Os valores de entrega correspondentes aos períodos de competência dos meses de novembro e dezembro de 1999 serão atualizados pelo Índice Geral de Preços, conceito Disponibilidade Interna, IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou na sua ausência por outro índice de preços de caráter nacional que o substitua, a partir de fevereiro e março de 2000, respectivamente, até o mês anterior da efetiva entrega.

§ 2º Para a atualização a que se refere o § 1º, no mês da efetiva entrega, a atualização será feita pela variação pro rata die, tomando-se como referência o índice do mês imediatamente anterior.



§ 3º A qualquer momento, os créditos a que se refere o caput deste artigo, correspondentes à cota-parte do Estado, poderão ser utilizados para o abatimento do saldo devedor remanescente da amortização extraordinária a que se refere o art. 7º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

§ 4º A partir do exercício de 2001, os créditos a que se refere o caput deste artigo, correspondentes à cota-parte do Estado, poderão ser utilizados para abatimento do estoque da dívida dos Estados refinanciada pela União sob a égide da Lei nº 9.496, de 1997.

§ 5º A distribuição das cotas-partes dos Municípios a que se refere o caput deste artigo observará os índices vigentes para o exercício de 1999.

Art. 4º Os saldos credores acumulados na forma prevista nos §§ 1º e 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 87, de 1996, existentes em 31 de dezembro de 1999 e ainda não compensados ou transferidos até a data da entrada em vigor desta Lei Complementar, podem ser, a requerimento do sujeito passivo e a critério de cada um dos Estados, transferidos a outros contribuintes do mesmo Estado, para compensação parcelada, mediante a emissão, pela autoridade competente, de documento que reconheça o crédito.

Art. 5º Os Estados em atraso na apresentação das informações de que trata o subitem 8.2 do Anexo à Lei Complementar nº 87, de 1996, terão prazo de três meses após a publicação desta Lei Complementar para fornecê-las ao Ministério da Fazenda, que entregará os valores relativos aos períodos de competência até dezembro de 1999, na forma então vigente.

Art. 6º A compatibilização de que trata o subitem 8.3 do Anexo à Lei Complementar nº 87, de 1996, será realizada por meio de acréscimos ou descontos dos recursos devidos pela União às unidades federadas por força do Anexo a esta Lei Complementar.

§ 1º O disposto no caput deste artigo também se aplica às distribuições de recursos realizadas em 1997, 1998 e 1999, suplementarmente àquelas previstas no Anexo à Lei Complementar nº 87, de 1996.

§ 2º Antes de aplicado o disposto no item 5 do Anexo a esta Lei

Complementar, será deduzido integralmente o eventual saldo remanescente do adiantamento de que trata o item 4 do Anexo à Lei Complementar nº 87, de 1996, atualizado pela variação do índice previsto no § 1º do art. 3º desta Lei Complementar.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente ao da sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados os §§ 1º e 4º a 8º do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Brasília, 11 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Pedro Malan*

*Alcides Lopes Tápias*

*Martus Tavares*

*Publicada no D.O.U. de 12.7.2000*

## ANEXO

(à Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000)

1. A entrega de recursos a que se refere o art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, será realizada da seguinte forma:

1.1. no exercício financeiro de 2000, a União entregará aos Estados e aos seus Municípios o valor de R\$ 3.864.000.000,00 (três bilhões e oitocentos e sessenta e quatro milhões de reais), distribuídos conforme os coeficientes de participação previstos no subitem 2.1;

1.1.1. do valor total a ser entregue a cada Estado e aos seus Municípios, serão descontados os recursos entregues relativos aos períodos de competência novembro de 1999 até o último mês de cálculo executado na forma prevista no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996;

1.1.1.1. a diferença positiva será entregue pela União, em parcelas iguais, contando da primeira distribuição até dezembro de 2000, não podendo resultar em desembolso global superior ao valor disposto no subitem 1.1;

1.1.1.2. no caso de desembolso global superior ao previsto no subitem 1.1, a diferença positiva remanescente será entregue a partir de janeiro de 2001;

1.1.1.3. a diferença negativa será deduzida totalmente dos valores a serem entregues a partir de janeiro de 2001;

1.2. nos exercícios financeiros de 2001 e de 2002, a União entregará aos Estados e aos seus Municípios o valor de R\$ 3.148.000.000,00 (três bilhões e cento e quarenta e oito milhões de reais) em cada um dos exercícios, atualizado pelo Índice Geral de Preços, conceito Disponibilidade Interna, IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, ou na sua ausência, por outro índice de preços de caráter nacional que o substitua, da seguinte forma:

1.2.1. em 2001, pela variação média do índice de 2000, relativamente a 1999;

1.2.2. em 2002, pela variação média do índice de 2001, relativamente a 1999;

1.2.3. a entrega mensal de recursos aos Estados e aos seus Municípios será equivalente a um doze avos dos valores referidos no subitem 1.2, atualizados na forma nele prevista;

1.3. os recursos serão entregues aos Estados e aos seus respectivos Municípios no último dia útil de cada mês;

1.4. a entrega de valores aos Estados e aos seus Municípios submete-se ao disposto nos arts. 5º e 6º desta Lei Complementar.

2. Dos recursos de que trata o item 1, a parcela pertencente a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, será:

2.1. no exercício de 2000, proporcional ao coeficiente individual de participação de:

AC	0,09104%	PB	0,2875%
AL	0,84022%	PR	10,08256%
AP	0,40648%	PE	1,48565%
AM	1,00788%	PI	0,30165%
BA	3,71666%	RJ	5,86503%
CE	1,62881%	RN	0,36214%
DF	0,80975%	RS	10,04446%
ES	4,26332%	RO	0,24939%
GO	1,33472%	RR	0,03824%
MA	1,6788%	SC	3,59131%
MT	1,94087%	SP	31,1418%
MS	1,23465%	SE	0,25049%
MG	12,90414%	TO	0,07873%
PA	4,36371%	TOTAL	100,00%

2.2. no exercício de 2001, proporcional ao coeficiente resultante do somatório:

2.2.1. do valor das exportações de que trata o inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 87, de 1996, que será apurado pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Secex, considerando o valor das respectivas exportações de produtos primários e industrializados semi-elaborados, no período de novembro de 1999 a outubro de 2000, ou em outro período que dispuser o Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, submetidas à incidência

do ICMS em 31 de julho de 1996, e com base nas origens indicadas nas respectivas guias de exportação ou outros documentos que identifiquem o Estado exportador;

2.2.1.1. o valor será convertido em moeda nacional para o respectivo mês das exportações, utilizando-se a média ponderada das cotações oficiais diárias do Banco Central do Brasil para a moeda americana, valor de compra, do mesmo mês a que se referem as exportações;

2.2.2. do valor dos créditos a que se refere o § 5º do art. 20 da Lei Complementar nº 87, de 1996, relativos a 1999 ou 2000, ou, ainda, em outro período e forma que dispuser o Confaz, com vistas a permitir a adequação dos Estados ao disposto no subitem 2.2.2.1;

2.2.2.1. o valor integrará o coeficiente individual de participação para os Estados que dispuserem de campo específico na Guia de Informação e Apuração do ICMS, de modo a identificar o respectivo crédito;

2.2.3. do valor da redução adicional de vinte por cento no ICMS das saídas para outros Estados dos bens de capital de que trata o Convênio 52/91, de 26 de setembro de 1991, relativos a 1999 ou a 2000, ou, ainda, em outro período e forma que dispuser o Confaz;

2.2.4. caso o Confaz delibere para período inferior a doze meses, relativamente a qualquer um dos subitens 2.2.1, 2.2.2 ou 2.2.3, os valores serão extrapolados linearmente para doze meses;

2.2.5. na hipótese de os períodos a que se referem os subitens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3 não serem uniformes, os valores serão convertidos a preços de um mesmo período de referência, utilizando-se o índice de que trata o subitem 1.2;

2.2.6. o valor previsto no subitem 2.2.1 deverá ser fornecido ao CONFAZ até 5 de dezembro de 2000 e os previstos nos subitens 2.2.2 e 2.2.3 só serão considerados se o Estado prestá-los ao Confaz, até esta mesma data;

2.3. no exercício de 2002, proporcional ao coeficiente resultante do somatório:

2.3.1. do valor das exportações de que trata o inciso II do art. 3º da Lei

Complementar nº 87, de 1996, que será apurado pela Secex, considerando o valor das respectivas exportações de produtos primários e industrializados semi-elaborados, no período de novembro de 2000 a outubro de 2001, ou em outro período que dispuser o Confaz, submetidas à incidência do ICMS em 31 de julho de 1996, e com base nas origens indicadas nas respectivas guias de exportação ou outros documentos que identifiquem o Estado exportador;

2.3.1.1. o valor será convertido em moeda nacional para o respectivo mês das exportações, utilizando-se a média ponderada das cotações oficiais diárias do Banco Central do Brasil para a moeda americana, valor de compra, do mesmo mês a que se referem as exportações;

2.3.2. do valor dos créditos a que se refere o § 5º do art. 20 da Lei Complementar nº 87, de 1996, no período de novembro de 2000 a outubro de 2001, ou, ainda, em outro período e forma que dispuser o Confaz;

2.3.2.1. o valor integrará o coeficiente individual de participação apenas para os Estados que dispuserem de campo específico na Guia de Informação e Apuração do ICMS, de modo a identificar o respectivo crédito;

2.3.3. do valor da redução adicional de vinte por cento no ICMS das saídas para outros Estados dos bens de capital de que trata o Convênio 52/91, de 26 de setembro de 1991, no período de novembro de 2000 a outubro de 2001, ou, ainda, em outro período e forma que dispuser o Confaz;

2.3.4. caso o Confaz delibere para período inferior a doze meses, relativamente a qualquer um dos subitens 2.3.1, 2.3.2 ou 2.3.3, os valores serão extrapolados linearmente para doze meses;

2.3.5. na hipótese de os períodos a que se referem os subitens 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3 não serem uniformes, os valores serão convertidos a preços de um mesmo período de referência, utilizando-se o índice de que trata o subitem 1.2;

2.3.6. o valor previsto no subitem 2.3.1 deverá ser fornecido ao Confaz até 5 de dezembro de 2001, e os previstos nos subitens 2.3.2 e 2.3.3 só serão considerados se o Estado prestá-los ao Confaz, até esta mesma data.

3. O Confaz calculará os coeficientes individuais de participação dos Estados para aplicação em 2001 e 2002 com base na apuração prevista nos subitens 2.2 e 2.3, que, após aprovação por decisão unânime, serão publicados e oficializados à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda até 30 de dezembro, respectivamente, de 2000 e 2001;

3.1. na hipótese de o Confaz não aprovar os coeficientes a vigorar no exercício de 2001, prevalecerão aqueles estabelecidos no subitem 2.1;

3.2. na hipótese de o Confaz não aprovar os coeficientes a vigorar no exercício de 2002, prevalecerão aqueles vigentes em 2001;

3.3. os levantamentos necessários para a apuração dos valores da parcela das exportações referidas nos subitens 2.2 e 2.3 serão objeto de protocolo celebrado entre o Confaz e a Secex, e aqueles necessários para a apuração dos demais valores de que tratam os subitens 2.2 e 2.3 serão realizados pelo Confaz.

4. Caberá ao Ministério da Fazenda apurar o montante mensal a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios;

4.1. o Ministério da Fazenda publicará no Diário oficial da União, até cinco dias úteis antes da data prevista para a efetiva entrega dos recursos, o resultado do cálculo do montante a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios, o qual, juntamente com o detalhamento da memória de cálculo, será remetido, no mesmo prazo, ao Tribunal de Contas da União;

4.2. do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará, diretamente ao próprio Estado, setenta e cinco por cento, e aos seus Municípios, vinte e cinco por cento, distribuídos segundo os mesmos critérios de rateio aplicados às parcelas de receita que lhes cabem do ICMS;

4.3. antes do início de cada exercício financeiro, o Estado comunicará ao Ministério da Fazenda os coeficientes de participação dos respectivos Municípios no rateio da parcela do ICMS a serem aplicados no correspondente exercício, observado o seguinte:

4.3.1. o atraso na comunicação dos coeficientes acarretará a suspensão da transferência dos recursos ao Estado e aos respectivos Municípios até que

seja regularizada a entrega das informações;

4.3.1.1. os recursos em atraso e os do mês em que ocorrer o fornecimento das informações serão entregues no último dia útil do mês seguinte à regularização, se esta ocorrer após o décimo quinto dia. Caso contrário, a entrega dos recursos ocorrerá no último dia útil do próprio mês da regularização.

5. A forma de entrega dos recursos a cada Estado e a cada Município observará o disposto neste item;

5.1. o Ministério da Fazenda informará, até cinco dias úteis antes da data prevista para a efetiva entrega de recursos, o respectivo montante da dívida da administração direta e indireta da unidade federada, apurado de acordo com o definido nos subitens 5.2 e 5.3, que será deduzido do valor a ser entregue à respectiva unidade em uma das duas formas previstas no subitem 5.4;

5.2. para efeito de entrega dos recursos à unidade federada e por uma das duas formas previstas no subitem 5.4 serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurada no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

5.2.1. contraídas junto ao Tesouro Nacional pela unidade federada vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

5.2.2. contraídas junto ao Tesouro Nacional pela unidade federada vincendas no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

5.2.3. contraídas pela unidade federada com garantia da União, inclusive dívida externa, primeiro as vencidas e não pagas e, depois, as vincendas no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta;

5.2.4. contraídas pela unidade federada junto aos demais entes da administração federal, direta e indireta, primeiro as vencidas e não pagas e,



depois, as vincendas no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta;

5.3. para efeito do disposto no subitem 5.2.4, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

5.3.1. a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos, e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva unidade federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vincendos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos;

5.3.2. a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo dispositivo, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações;

5.4. os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do subitem 5.2, e do anterior, serão satisfeitos pela União por uma das seguintes formas:

5.4.1. entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a dez anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada junto ao Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

5.4.2. correspondente compensação;

5.5. os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos dos subitens 5.2 e 5.3, e liquidada na forma do subitem anterior, serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

6. Os parâmetros utilizados no cálculo da entrega dos recursos a cada Estado de que trata este Anexo serão considerados, no que couber, para efeito da renegociação ou do refinanciamento de dívidas junto ao Tesouro Nacional.

**7. As referências deste Anexo feitas aos Estados entendem-se também feitas ao Distrito Federal.**

# LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera as Leis Complementares nºs 87, de 13 de setembro de 1996, e 102, de 11 de julho de 2000.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 31. Nos exercícios financeiros de 2003 a 2006, a União entregará mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os montantes, os critérios, os prazos e as demais condições fixadas no Anexo desta Lei Complementar.

§ 1º Do montante de recursos que couber a cada Estado, a União entregará, diretamente:

.....

§ 2º Para atender ao disposto no **caput**, os recursos do Tesouro Nacional serão provenientes:

.....

§ 3º A entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, especialmente no seu item 3, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga junto à União, bem como para o ressarcimento à União de despesas decorrentes de eventuais garantias honradas de operações de crédito externas. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente.

§ 4º A entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, subordina-se à existência de disponibilidades orçamentárias consignadas a essa finalidade na respectiva Lei Orçamentária Anual da União,

inclusive eventuais créditos adicionais.

....."(NR)

Art. 2º O Anexo da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com a redação do Anexo desta Lei Complementar.

Art. 3º Os valores de entrega correspondentes aos períodos de competência dos meses de novembro e dezembro de 1999, mencionados no art. 3º da Lei Complementar no 102, de 11 de julho de 2000, que não tenham sido utilizados nas condições previstas nos §§ 3º e 4º do referido artigo, serão repassados pela União aos Estados e aos seus Municípios em janeiro e fevereiro de 2003, respectivamente.

Parágrafo único. Os valores de entrega mencionados no **caput** estarão contidos no montante limite previsto no Anexo para o exercício de 2003.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003.

Art. 5º Revoga-se o § 4º -A do art. 31 da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996.

Brasília, 26 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Pedro Malan*

## **ANEXO**

1. A entrega de recursos a que se refere o art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, será realizada da seguinte forma:

1.1. a União entregará aos Estados e aos seus Municípios, no exercício financeiro de 2003, o valor de até R\$ 3.900.000.000,00 (três bilhões e novecentos milhões de reais), desde que respeitada a dotação consignada da Lei Orçamentária Anual da União de 2003 e eventuais créditos adicionais;

1.2. nos exercícios financeiros de 2004 a 2006, a União entregará aos Estados e aos seus Municípios os montantes consignados a essa finalidade nas correspondentes Leis Orçamentárias Anuais da União;

1.3. a cada mês, o valor a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios corresponderá ao montante do saldo orçamentário existente no dia 1º, dividido pelo número de meses remanescentes no ano;

1.3.1. nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, o saldo orçamentário, para efeito do cálculo da parcela pertencente a cada Estado e a seus Municípios, segundo os coeficientes individuais de participação definidos no item 1.5 deste Anexo, corresponderá ao montante remanescente após a dedução dos valores de entrega mencionados no art. 3º desta Lei Complementar;

1.3.1.1. nesses meses, a parcela pertencente aos Estados que fizerem jus ao disposto no art. 3º desta Lei Complementar corresponderá ao somatório dos montantes derivados da aplicação do referido artigo e dos coeficientes individuais de participação definidos no item 1.5 deste Anexo;

1.3.2. no mês de dezembro, o valor de entrega corresponderá ao saldo orçamentário existente no dia 15.

1.4. Os recursos serão entregues aos Estados e aos seus respectivos Municípios no último dia útil de cada mês.

1.5. A parcela pertencente a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, será proporcional aos seguintes coeficientes individuais de participação:

AC	0,09104%	PB	0,28750%
AL	0,84022%	PR	10,08256%
AP	0,40648%	PE	1,48565%
AM	1,00788%	PI	0,30165%
BA	3,71666%	RJ	5,86503%
CE	1,62881%	RN	0,36214%
DF	0,80975%	RS	10,04446%
ES	4,26332%	RO	0,24939%
GO	1,33472%	RR	0,03824%
MA	1,67880%	SC	3,59131%
MT	1,94087%	SP	31,14180%
MS	1,23465%	SE	0,25049%
MG	12,90414%	TO	0,07873%
PA	4,36371%	TOTAL	100,00000%

2. Caberá ao Ministério da Fazenda apurar o montante mensal a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios.

2.1. O Ministério da Fazenda publicará no Diário Oficial da União, até cinco dias úteis antes da data prevista para a efetiva entrega dos recursos, o resultado do cálculo do montante a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios, o qual, juntamente com o detalhamento da memória de cálculo, será remetido, no mesmo prazo, ao Tribunal de Contas da União.

2.2. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará, diretamente ao próprio Estado, setenta e cinco por cento, e aos seus Municípios, vinte e cinco por cento, distribuídos segundo os mesmos critérios de rateio aplicados às parcelas de receita que lhes cabem do ICMS.

2.3. Antes do início de cada exercício financeiro, o Estado comunicará ao Ministério da Fazenda os coeficientes de participação dos respectivos Municípios no rateio da parcela do ICMS a serem aplicados no correspondente exercício, observado o seguinte:

2.3.1. o atraso na comunicação dos coeficientes acarretará a suspensão da transferência dos recursos ao Estado e aos respectivos Municípios até que seja

regularizada a entrega das informações;

2.3.1.1. os recursos em atraso e os do mês em que ocorrer o fornecimento das informações serão entregues no último dia útil do mês seguinte à regularização, se esta ocorrer após o décimo quinto dia; caso contrário, a entrega dos recursos ocorrerá no último dia útil do próprio mês da regularização.

3. A forma de entrega dos recursos a cada Estado e a cada Município observará o disposto neste item.

3.1. Para efeito de entrega dos recursos à unidade federada e por uma das duas formas previstas no subitem 3.3 serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurado no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

3.1.1. contraídas junto ao Tesouro Nacional pela unidade federada vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

3.1.2. contraídas pela unidade federada com garantia da União, inclusive dívida externa, vencidas e não pagas, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta;

3.1.3. contraídas pela unidade federada junto aos demais entes da administração federal, direta e indireta, vencidas e não pagas, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta.

3.2. Para efeito do disposto no subitem 3.1.3, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

3.2.1. a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos, e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva unidade federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vincendos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos;

3.2.2. a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo subitem 3.1.3, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

3.3. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada,

equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do subitem 3.1, e do anterior, serão satisfeitos pela União por uma das seguintes formas:

3.3.1. entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a dez anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada junto ao Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

3.3.2. correspondente compensação.

3.4. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos dos subitens 3.1 e 3.2, e liquidada na forma do subitem anterior, serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

4. As referências deste Anexo feitas aos Estados entendem-se também feitas ao Distrito Federal.